

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO, GESTÃO E**  
**INOVAÇÃO**

**Rafaela Fernanda Esteves**

**Gestão pedagógica na educação infantil: a relação da escola com as**  
**famílias de alunos ingressantes**

**ARARAQUARA – SP**

**2019**

**RAFAELA FERNANDA ESTEVES**

**Gestão pedagógica na educação infantil: a relação da escola com as famílias de alunos ingressantes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre (a) em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

**Linha de Pesquisa:** Gestão Educacional.

**Orientador(a):** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Falsarella

**ARARAQUARA- SP**

**2019**

## FICHA CATALOGRÁFICA

E84g Esteves, Rafaela Fernanda

Gestão pedagógica na educação infantil: a relação da escola com as famílias dos alunos ingressantes/Rafaela Fernanda Esteves. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2019.  
94f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação - Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Profa. Dra. Ana Maria Falsarella

1. Educação infantil. 2. Relação escola e família. 3. Ingresso de alunos. 4. Seleção e sondagem. 5. Gestão pedagógica. I. Título.

CDU 370

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ESTEVES, R. F. **Gestão pedagógica na educação infantil: a relação da escola com as famílias de alunos ingressantes.** Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação, Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara, 2019.

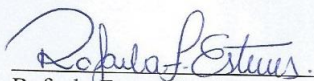
## ATESTADO DE AUTORIA E CESSÃO DE DIREITOS

**NOME DO AUTOR:** RAFAELA FERNANDA ESTEVES

**TÍTULO DO TRABALHO:** Gestão pedagógica na educação infantil: a relação da escola com as famílias de alunos ingressantes.

**TIPO DO TRABALHO/ANO:** Dissertação / ano 2019

Conforme LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, o autor declara ser integralmente responsável pelo conteúdo desta dissertação e concede a Universidade de Araraquara permissão para reproduzi-la, bem como emprestá-la ou ainda vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a sua autorização.



Rafaela Fernanda Esteves

E-mail: rafaelpedagoga1@gmail.com



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO,  
GESTÃO E INOVAÇÃO, ÁREA DE EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – para obtenção do título de **Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação**.

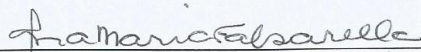
Área de Concentração: Educação e Ciências Sociais.

NOME DA AUTORA: **RAFAELA FERNANDA ESTEVES**

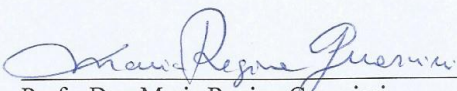
TÍTULO DO TRABALHO: "**Gestão pedagógica na Educação Infantil: a relação da escola com as famílias de alunos ingressantes**".

Assinaturas dos Examinadores:

Conceito:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Ana Maria Falsarella (orientadora)  
Universidade de Araraquara – UNIARA

Aprovada ( ) Reprovada


  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Maria Regina Guarnieri  
Universidade de Araraquara – UNIARA

Aprovada ( ) Reprovada

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Marcia Cristina Argenti Perez  
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Aprovada ( ) Reprovada

Versão definitiva revisada pela orientadora em: 10/05/2019

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Ana Maria Falsarella (orientadora)

## Dedicatória

Dedico este trabalho a minha avó (in memoriam) e ao meu querido marido, com todo meu amor e gratidão...

E a Laura, minha amada filha, um ser de luz que me guia com seu amor e sua doçura.

## **AGRADECIMENTOS**

A Profa. Dra. Ana Maria Falsarella, pela generosidade, respeito e paciência afetuosa com que sempre me orientou. Muito obrigada por todos os saberes compartilhados, tê-la como orientadora foi um privilégio e um prazer que guardarei para sempre.

Às professoras Márcia Cristina Argenti Perez e Maria Regina Guarnieri, pelas críticas construtivas e sugestões oferecidas no momento das bancas de Qualificação e de Defesa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA pelos estudos proporcionados nas disciplinas cursadas.

Às escolas e às gestoras participantes que acreditaram e colaboraram com a minha proposta aceitando participar das entrevistas e fornecendo preciosos e relevantes dados para a construção desta pesquisa.

A minha família, que estive presente nos momentos tristes e felizes, sempre de prontidão para me amparar. Ao meu esposo, Gilberto, minha filha Laura, que sempre me apoiaram e me incentivaram com toda a paciência do mundo.

Agradeço principalmente a Deus pela oportunidade da vida, por ter iluminado meu caminho e minhas escolhas, as quais me trouxeram até aqui e continuarão me conduzindo para o alcance dos meus propósitos.

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Matrículas na educação infantil: escolas públicas e privadas.....	45
Quadro 2. Pergunta e resposta sobre a educação infantil .....	48
Quadro 3. Perguntas e respostas sobre os procedimentos de matrícula .....	49
Quadro 4. Perguntas e respostas sobre a relação escola-família .....	52
Quadro 5. Perguntas e respostas sobre o exercício das gestoras .....	57
Quadro 6. Perguntas e respostas sobre o início na educação infantil .....	61

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

<b>ANPED</b>	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
<b>APM</b>	Associação de Pais e Mestres
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CP</b>	Coordenador Pedagógico
<b>DCNEI</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais
<b>DVD</b>	Digital Versatile Disc
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>EDI</b>	Espaço de Desenvolvimento Infantil
<b>EI</b>	Educação Infantil
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>PCP</b>	Professor Coordenador Pedagógico
<b>PIC</b>	Programa Primeira Infância Completa
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>SCIELO</b>	Scientific Electronic Library Online
<b>SEB</b>	Sistema Educacional Brasileiro
<b>SP</b>	São Paulo
<b>TV</b>	Televisão
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista
<b>UNIARA</b>	Universidade de Araraquara
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>USP</b>	Universidade São Paulo



## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral conhecer e compreender, da perspectiva do gestor escolar, como ocorre a relação entre a escola e a família no momento do ingresso dos alunos na Educação Infantil. Buscou-se levantar as estratégias utilizadas pelas escolas para receber os alunos ingressantes, bem como identificar e analisar os critérios utilizados durante a matrícula e o papel do gestor no trato com as famílias. O trabalho se justifica em função da importância da observação das práticas desenvolvidas junto às famílias que procuram a escola nessa primeira etapa de escolarização. Pode-se observar a existência de vasta produção acadêmica sobre o tema relação escola e família, mas no âmbito da gestão escolar, especialmente na educação infantil, a produção ainda é restrita. É nesse aspecto que esta investigação contribui. O estudo foi desenvolvido junto a duas escolas, uma privada e outra da rede pública de ensino, ambas situadas em um município do interior de São Paulo. A abordagem metodológica foi qualitativa e o procedimento de coleta de dados teve por instrumento a entrevista semiestruturada com as duas responsáveis pela gestão pedagógica das escolas. Como procedimento secundário para o levantamento de informações que dessem elementos para caracterizar as duas instituições foram realizadas visitas complementares. Para iluminar a análise dos dados tomou-se por referencial estudos de Bourdieu, Paro, Haddad e Almeida e Placco, dentre outros. Os resultados demonstraram que os gestores, no ato de matrícula, cumprem os protocolos instituídos e informam às famílias as normas da escola. No entanto, há uma demanda por procedimentos e projetos melhor estruturados voltados a conhecer melhor a clientela e a promover uma efetiva parceria entre escola e família. Tais resultados possibilitam uma reflexão acerca da relevância do papel pedagógico do gestor escolar e da própria dinâmica da gestão, ou seja, como, por meio, de sua liderança ele pode influenciar os rumos do processo educativo com afinco e competência no sentido de promover a integração dos pais, cujo vínculo é imprescindível na construção de um caminho em que ambos são parceiros ativos e corresponsáveis.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Relação escola e família. Ingresso de alunos. Seleção e sondagem. Gestão Pedagógica.

## **ABSTRACT**

This research had as general objective to know and understand, from the perspective of the school manager, how the relationship between the school and the family occurs at the moment of the entrance of the students in Early Childhood Education. It was sought to raise the strategies used by the schools to receive incoming students, as well as to identify and analyze the criteria used during enrollment and the role of the manager in dealing with families. The work is justified by the importance of observing the practices developed with the families that seek the school in this first stage of schooling. It is possible to observe the existence of a wide academic production on the subject school and family, but in the scope of the school management, especially in the infantile education, the production is still restricted. This is what this research contributes to. The study was developed with two schools, one private and one public school, both located in a municipality in the interior of São Paulo. The methodological approach was qualitative and the data collection procedure had as its instrument the semi-structured interview with the two responsible for the pedagogical management of the schools. As a secondary procedure for the collection of information that gave elements to characterize the two institutions, complementary visits were made. To illuminate the data analysis, studies by Bourdieu, Paro, Haddad and Almeida e Placco, among others, were taken as references. The results showed that the managers, at the time of enrollment, comply with the established protocols and inform the families of the school norms. However, there is a demand for better structured procedures and projects aimed at better understanding the clientele and promoting an effective. These results allow a reflection about the relevance of the pedagogical role of the school manager and of the management dynamics itself, that is, how, through his leadership, he can influence the directions of the educational process with the aim and competence to promote integration of parents, whose link is essential in building a path where both are active and co-responsible partners.

**Key words:** Early childhood education. Relationship between school and family. Student ticket. Selection and polling. Pedagogical management.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Justificativa .....	13
Hipóteses.....	14
Problematização.....	14
Objetivo geral .....	16
Objetivos específicos .....	16
SEÇÃO 1. DELINEAMENTOS TEÓRICOS .....	18
1.1. Teses, dissertações e artigos .....	18
1.2. Fundamentos teóricos .....	24
<i>O percurso histórico da educação infantil no Brasil.....</i>	<i>25</i>
<i>O Exercício da gestão pedagógica na educação infantil .....</i>	<i>31</i>
<i>A relação escola-família .....</i>	<i>35</i>
<i>As reflexões acerca do ingresso na educação infantil.....</i>	<i>40</i>
SEÇÃO 2. METODOLOGIA .....	43
2.1. Procedimentos e instrumentos .....	43
2.2. Descrição das instituições .....	44
2.3. Perfil dos sujeitos de pesquisa .....	46
SEÇÃO 3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	65
REFERÊNCIAS .....	67
APÊNDICES .....	72
APÊNDICE 1 – Roteiro para levantamento de dados .....	72
ANEXOS .....	75
ANEXO 1 – Entrevista para pais/responsáveis escola privada .....	75
ANEXO 2 – Entrevista para pais/responsáveis escola pública.....	79

ANEXO 3 – Anamnese para crianças 2 anos da escola privada.....	85
ANEXO 4 – Anamnese para crianças 3 anos da escola privada.....	87
ANEXO 5 – Anamnese para crianças 4 anos da escola privada.....	90
ANEXO 6 – Anamnese para crianças 5 anos da escola privada.....	93
ANEXO 7 - Anamnese para crianças da escola pública.....	96

## INTRODUÇÃO

Uma boa relação da escola com a família dos alunos é fundamental para o desenvolvimento físico e emocional das crianças, em especial, no início da escolarização na Educação Infantil. O estabelecimento do vínculo positivo e do diálogo entre as duas instituições – escola e família – depende, em grande parte da liderança pedagógica desenvolvida pelos gestores escolares. Portanto, a prática do coordenador pedagógico e, na falta deste, do diretor da escola, deve ter como parte fundamentada de seu trabalho o envolvimento das famílias no trabalho pedagógico desenvolvido pela escola, para se chegar à relevância de uma gestão democrática que estimule a participação dos sujeitos que compõem o cenário da instituição, ou seja, crianças, profissionais e família.

Nos contatos que são vivenciados entre pais e os atores escolares, a relação estabelecida entre a escola e a família é (ou deveria ser) um dos pilares que sustentam a educação escolar. Porém, em virtude dos diferentes fatores e variáveis que interferem nessa relação, há a necessidade de se estabelecer um efetivo diálogo entre elas, que envolva a direção, a coordenação pedagógica, os professores e pais de cada instituição, pois cada relação deve ser vista em suas particularidades. Para que esse diálogo se estabeleça, é primordial conhecer tanto a realidade escolar quanto a realidade das famílias, abrangendo o contexto social em que estão inseridos.

Minha atuação profissional teve início junto ao coordenador pedagógico em uma instituição privada e, durante este período, acompanhei a realização dos procedimentos de matrícula, sondagens e atendimentos às famílias que procuravam a escola para matrícula de seus filhos. Posteriormente, lecionei nesta mesma instituição como professora na Educação Infantil e senti a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as ações para com as famílias realizadas pelo gestor no decorrer da aceitação da matrícula.

A instituição possui um sistema próprio de ensino e o atendimento realizado durante os procedimentos de matrícula fica a cargo do coordenador. Destaca-se na organização do processo de matrícula e nos seus desdobramentos na organização pedagógica da escola aquilo que considero uma particularidade, objeto de inquietação pessoal: as peculiaridades do trabalho exercido pelo gestor na função de mediador entre a escola e as famílias, um trabalho delicado, digamos assim, desde o primeiro momento em que ocorre a matrícula até futuras intervenções se caso forem necessárias.

Desta forma, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação, da Universidade de Araraquara, dispondo-me a estudar as atribuições do gestor pedagógico, quais procedimentos fazem parte da matrícula de crianças ingressantes na educação infantil, explorar a relação que ocorre entre o gestor pedagógico e as famílias de alunos ingressantes através de suas práticas de contato com as mesmas.

### **Justificativa**

A prática do gestor pedagógico está permeada de contato constante com os profissionais da escola e com as famílias dos alunos. Nos contatos que são vivenciados entre pais e professores, a relação estabelecida é (ou deveria ser) um dos pilares que sustentam a educação escolar.

Sendo educadora escolar escolhi pesquisar este tema, pois na prática escolar diária, tenho a oportunidade de acompanhar os encontros e desencontros da relação entre escola e família. Tal relação varia muito, pois está permeada por vários fatores tais como estrutura e tradição de escolarização das famílias, classe social, ocupação dos pais e o projeto pedagógico da escola.

Considerando que a partir do reconhecimento mútuo, ou seja, o conhecimento da equipe escolar a respeito das famílias e o conhecimento das famílias sobre o cotidiano escolar, pode contribuir diretamente para o desenvolvimento pessoal e escolar das crianças, é importante que se conheça como tem se articulado esta relação, porque somente a partir do conhecimento e tomada de consciência de seus aspectos, é possível repensá-la e transformá-la, tomando por objeto de estudo as políticas de matrícula, uma vez que incidem sobre os processos de distribuição dos alunos nas escolas.

Assim, este trabalho se justifica em função da importância de conhecer e compreender como ocorre a relação entre escola e família pela perspectiva do gestor pedagógico que realiza tal procedimento com os alunos que ingressam na Educação Infantil.

A análise das práticas do gestor pedagógico (seja ele coordenador ou diretor da escola) na relação com as famílias, de como esses procedimentos contribuem ou não para o acolhimento da criança ingressante na educação infantil, assim como da dimensão e dos impactos de sua atuação, se mostra relevante, no sentido de oferecer uma contribuição científica por meio de um estudo com ênfase na particularidade aqui apresentada.

O estudo dessa questão pretende verificar se há procedimentos de avaliação no momento da matrícula, explícitos ou implícitos, e como os gestores procedem com as famílias das crianças ingressantes, trazendo detalhes sobre tal ação.

### **Hipóteses**

Duas são as hipóteses iniciais levantadas. A primeira é que as regras oficiais sobre admissão de alunos estabelecem limitações e possibilidades para a ação das famílias e das escolas e, conseqüentemente, influenciam a composição do alunado nos estabelecimentos de ensino. A segunda é que as estratégias exercidas pelo gestor para envolver as famílias quando procuram a escola, são mais de caráter administrativo, do que de caráter pedagógico, não havendo proposta específica para acolher e se relacionar com as famílias dos alunos.

### **Problematização**

O objeto deste estudo é a ação do gestor pedagógico da escola no proceder com as famílias dos alunos ingressantes na Educação Infantil em duas instituições: uma instituição privada e outra da rede pública municipal no interior de São Paulo.

Para atender as crianças, a instituição privada conta com auxiliares, professoras, uma coordenadora, um diretor geral e uma diretora, além das funcionárias que fazem a limpeza e a organização. O colégio também dispõe do trabalho de um psicólogo, que faz atendimentos individuais junto às famílias e professoras, quando solicitado pela coordenadora pedagógica. Além dos atendimentos, o psicólogo também elabora o roteiro das entrevistas iniciais que são realizadas com as famílias ou responsáveis pelos alunos e as sondagens que são feitas, geralmente, pela auxiliar da coordenadora, com as crianças.

Na entrevista os pais respondem a um questionário com cerca de 50 perguntas, que são relacionadas desde a rotina da família até as características das crianças. Já na sondagem que é realizada com os alunos de dois a cinco anos, a auxiliar ou a coordenadora pedagógica fazem anotações a respeito da criança, através da observação referente à coordenação motora, à dicção, às habilidades e aos conhecimentos gerais dos números, letras, cores, etc. Estes procedimentos são realizados com todos os alunos no momento da matrícula, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Claro que sendo modificada a sondagem de acordo

com a faixa etária. Essas informações são disponibilizadas às futuras professoras para que tomem conhecimento de seus novos alunos e suas famílias.

A outra instituição, sendo de caráter público, é vinculada ao município e a “equipe gestora” é formada de somente uma pessoa: a diretora da escola. A instituição atende crianças de zero a cinco anos. Em meados de outubro de cada ano, a secretaria municipal abre as inscrições para a E.I que são realizadas na escola; as vagas são oferecidas de acordo com o número disponível, não havendo vaga a todos. No período em que foram realizados o levantamento de informações sobre a escola e a entrevista com a gestora, esta escola não contava com um coordenador pedagógico, porém fui informada que, segundo a secretaria da educação, posteriormente a escola passaria a ter o apoio do profissional da área, que não seria fixo na escola, mas atenderia em torno de três a quatro escolas dando suporte aos professores e aos diretores.

A secretaria da educação fornece às escolas de E.I um formulário da entrevista a ser realizada com os pais e responsáveis da criança no momento da matrícula com o objetivo de identificar a criança, conhecer o histórico de saúde da mãe e da criança e sua vida social no ambiente familiar. A anamnese não faz parte do processo de matrícula na escola pública. E a entrevista e procedimentos de matrícula são realizados pela gestora da escola e, quando necessário, com a ajuda das professoras.

Diante do exposto, saliento a importância da presente pesquisa, dos estudos que foram realizados e das reflexões acerca da realidade apresentada, permitindo encaminhamentos e discussões sobre o tema, buscando afirmar ou não se estes procedimentos são realmente favoráveis às crianças. Conhecer os mecanismos de integração entre escola e família, reconhecendo suas particularidades que favorecem e/ou dificultam tal relação, propiciou ampliar o entendimento sobre o tema.

Quais são as peculiaridades e estratégias do trabalho exercido pelos gestores nas escolas (privada e pública) para mediar seu envolvimento com as famílias dos alunos ingressantes na educação infantil?

Desta questão principal decorrem as questões norteadoras:

- A) Quais são as atividades e procedimentos que as escolas desenvolvem para estabelecer um contato direto com as famílias dos alunos?



- B) Quais são as dificuldades encontradas nesta relação e como a escola lida com essas dificuldades?
- C) Quais as semelhanças e diferenças no trato com as famílias na escola pública e na escola privada?
- D) Quais as repercussões deste trabalho inicial?

Devido aos limites deste estudo, pensei inicialmente em colher os dados para responder a essas perguntas junto a coordenadores pedagógicos de escolas. Porém, na busca de escolas para realizar a pesquisa, descobri que a escola pública que concordou em participar não contava com a figura do coordenador pedagógico, sendo o próprio diretor quem coordenava a escola no aspecto pedagógico.

Sabe-se que outros segmentos da escola, como as próprias famílias, e mesmo os alunos, são informantes importantes. No entanto, por tratar-se de um estudo na área da gestão educacional, fixei minha atenção em explorar a perspectiva de dois responsáveis pela triagem dos alunos ingressantes: um coordenador pedagógico e um diretor, que falaram sobre a experiência nas suas escolas.

### **Objetivo geral**

Investigar o trabalho da gestão pedagógica (coordenador pedagógico e/ou diretor de escola) na relação com as famílias de crianças que ingressam na educação infantil e quais são os procedimentos para a aceitação da matrícula.

Deste objetivo principal decorreram os objetivos específicos.

### **Objetivos específicos**

- Analisar a articulação entre a escola e as famílias, como mediadoras do processo de matrícula;
- Estudar se e como a escola se organiza para receber a família e realizar as entrevistas e sondagens;
- Investigar a compreensão dos gestores pedagógicos da escola quanto aos novos alunos, às suas famílias e ao seu próprio papel na integração dos alunos ao novo ambiente escolar;
- Investigar se fatores relacionados aos processos de entrevista e sondagem com os alunos dão indícios de desigualdades no trato ou segregação escolar;

- Cotejar o processo de ingresso de alunos na educação infantil entre uma escola privada e uma escola pública.

Cabe ressaltar que a distribuição desigual de alunos entre escolas em função da situação socioeconômica da família é um tema amplamente discutido por estudos que abordam os processos de escolha dos estabelecimentos escolares pelas famílias. Tais estudos observam que há distintas possibilidades de escolha e que diversos fatores influenciam esse processo. É na exploração desses fatores que pretendo contribuir com esta pesquisa.

Este trabalho está dividido em três seções. Na primeira seção é apresentado o apoio teórico utilizado. A segunda seção descreve a metodologia utilizada para coleta dos dados. A terceira seção apresenta os dados de pesquisa organizados em quadros, bem como a análise da relação escola-família do ponto de vista das gestoras. Por fim, nas considerações finais é feito um fechamento deste trabalho em que se buscou contribuir para melhor entendimento da relação escola-família na educação infantil e como o procedimento da escola no momento do ingresso da criança é fator significativo para um desenvolvimento equilibrado desta última.

## SEÇÃO 1. DELINEAMENTOS TEÓRICOS

Nesta seção encontram-se os trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e artigos) que compuseram a revisão bibliográfica da pesquisa, seguida das obras de autores que considero importantes para a compreensão da relação escola e família.

### 1.1. Teses, dissertações e artigos

Com a necessidade de um levantamento bibliográfico inicial visando ampliar a visão sobre o cenário das produções acadêmicas acerca de minha inquietação pessoal, foram definidas nesta busca, na condição de expressão exata, as palavras-chave: Educação Infantil, Relação escola e família, Ingresso de alunos, Gestão Pedagógica, matrículas na Educação Infantil.

Nas teses e dissertações pesquisadas no banco de resumos da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP; na Biblioteca Digital Brasileira da Unicamp; na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – Cathedra /UNESP; na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (*Capes*), nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e na Scientific Electronic Library Online (SciELO), foram escolhidos e analisados um total de sessenta (60) produções, das quais, após leituras dos resumos e em alguns casos, dos trabalhos na íntegra, cinquenta e seis (56) foram desconsideradas por não apresentarem proximidade com o objeto de pesquisa, uma vez que não priorizavam exatamente estudos sobre as práticas do gestor pedagógico na relação estabelecida com as famílias e seus possíveis desdobramentos no ingresso de alunos na Educação Infantil.

O material com maior afinidade encontrado foi o seguinte: duas pesquisas a respeito da relação escola e família; uma pesquisa que aborda o lugar da família na creche e uma pesquisa sobre a participação da família na vida escolar dos filhos segundo o olhar dos gestores, familiares e educandos.

As pesquisas cujo foco principal é a relação família e escola foram desenvolvidas por: Fernandes (2016) e Pimenta (2014).

Fernandes (2006) teve como objetivo conhecer e compreender como ocorre a relação entre escola e família em um grupo de escolas da rede privada, na perspectiva do coordenador pedagógico. Procurou conhecer as estratégias que as escolas estão usando em sua relação com as famílias de alunos e identificar quais são as dificuldades encontradas. Participaram do

estudo cinco escolas da rede privada de ensino situadas na zona leste de São Paulo. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores pedagógicos de cada escola. Os resultados demonstraram que a maioria dos pais estabelece parceria com a escola. Nos casos de não parceria a dificuldade encontrada foi a ausência dos pais, de maneira geral, nas atividades desenvolvidas pela escola: reunião de pais, atendimento individual à família, atividades diversificadas oferecidas. À época da realização da pesquisa, as escolas estavam buscando ampliar as atividades que promovam a participação dos pais no contexto escolar, desenvolvendo projetos sociais.

Dentre os resultados apresentados na pesquisa, o autor conclui que nas escolas da rede privada de ensino ocorre a idealização da família composta por pai, mãe e filhos, baseada na concepção da família nuclear burguesa. Isso aparece nos relatos das coordenadoras pedagógicas quando mencionam a falta de estrutura familiar em virtude de arranjos diferenciados entre seus membros. Na prática isso repercute de maneira a fazer com que a escola não consiga trabalhar com as famílias dentro dessa nova realidade social. A mãe que trabalha fora de casa é uma realidade que deve ser aceita. A nova rotina e os vários arranjos familiares devem ser vistos como algo a ser compreendido e aceito. A conclusão é que novas alternativas de orientação aos pais devem ser tentadas para que o caminho a ser percorrido, tanto pela escola quanto pela família, seja mais próximo da realidade social que vivemos hoje. Respeitar suas possibilidades de soluções faz parte do processo.

Pimenta (2014), em sua tese, assumiu o desafio de compreender a complexa realidade vivenciada pela escola e pela família no que diz respeito ao estabelecimento de estratégias de fortalecimento da relação entre estas duas instituições responsáveis pelo desenvolvimento dos indivíduos sociais. Teve como objeto de estudo a análise dos fatores que interferem na relação entre escola e família diante das convergências e divergências que favorecem ou dificultam o estabelecimento de estratégias de fortalecimento mútuo e enfrentamento dos problemas vivenciados pela escola pública. Para atender aos objetivos do estudo utilizou-se da pesquisa documental, bibliográfica e de campo. A pesquisa de campo teve como lócus de investigação o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Barretos. A pesquisadora estabeleceu como objetivo geral analisar os diferentes fatores que interferem na relação estabelecida entre escola e família.

A autora constatou que no tocante à relação família-escola, objeto deste estudo, os conflitos podem ser observados de diversas maneiras e alguns são mais perceptíveis em

determinadas etapas do ensino do que em outras. Na educação infantil, por exemplo, na etapa educacional de creche, os conflitos relacionados ao modo de ser e de viver das famílias em detrimento do padrão esperado pela creche são muito comuns. Nesta etapa que atende crianças ainda muito pequenas e que demandam a atenção aos cuidados básicos de alimentação e higiene a proximidade do educador com a criança é muito grande na medida em que estes trocam fraldas, dão banho e oferecem as refeições em meio às atividades educativas.

Pimenta (2014) conclui, no entanto, ser fundamental compreender que é nesta etapa em se concentram as maiores oportunidades de construção da cultura participativa e muitas instituições, por diversos fatores, entre estes as dificuldades em administrar os conflitos perdem a oportunidade de investir nesse processo de aproximação. Encontram-se registros de instituições dessa natureza que já conseguem desenvolver um trabalho que considere a realidade social das famílias ao mesmo tempo em que busquem uma transformação. O importante é considerar que qualquer ação voltada ao atendimento da família deve considerar sua realidade e as particularidades. Deve ainda pautar-se em uma relação de aproximação e respeito às diferenças e aos valores dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Os desafios apontados por esse estudo em relação à família-escola demonstram que ambas as instituições construíram ao longo de suas trajetórias barreiras que as distanciam, ao invés de pontes que as aproximem. Romper com conceitos cristalizados e preconceituosos é fundamental para o estabelecimento de diálogo que seja capaz de construir uma nova relação de convivência e possa provocar o fortalecimento mútuo.

A pesquisa que aborda o lugar da família na creche foi a de Gomes (2013). A dissertação aborda o lugar ocupado pelas famílias da classe popular nas creches da rede pública do município de Rio de Janeiro. Parte da premissa de que a formação da criança nesse espaço é um direito compartilhado com a família e é dever do Estado disponibilizar o acesso. Esse direito engloba outros direitos envolvendo ações de proteção e cuidados sobre vários campos, não restritos a questões pedagógicas e que se somam ao compromisso formativo da criança. Deste modo, a pesquisa estudou como as estratégias políticas municipais têm se organizado para atender a demanda de vagas, além de acompanhar o momento de ingresso das crianças novas nas creches, em vista a estudar o processo de transição da casa para o novo campo social que é a instituição. Para discutir essas questões, uma das referências utilizadas foi o Programa Primeira Infância Completa – PIC, que retrata uma estratégia municipal de

atendimento às famílias cujos filhos não estão nas creches. Outro ponto de pesquisa foi acompanhar o período de ingresso das crianças no novo modelo de atendimento público para a Educação Infantil, o Espaço de Desenvolvimento Infantil – EDI.

No trabalho de campo observou-se que em várias situações a escola assumia atitudes que reforçavam a desigualdade e, em outras, havia a possibilidade de produzir novos caminhos para o atendimento qualitativo da população. A indagação que a pesquisa levantou é: poderia ser a escola lócus de políticas que se mostram redutoras de direitos e visam prioritariamente o controle social e da pobreza? No nível micropolítico, a gestão assume uma função social de relevância, pois pode reforçar essa exclusão ou minimizá-la. Exemplo dessa discussão seria o processo de orientação e efetivação da inscrição para o sorteio no acesso à matrícula em horário regular. Enquanto que nas reuniões sobre o significado da sigla PIC, por mais de uma vez as gestoras explicaram o processo, forneceram material informativo e documentos oficiais comprobatórios que as famílias participaram do programa, no significado da sigla EDI, na hora da inscrição, nada disso foi levado em consideração.

Gomes (2013) conclui seus estudos relatando que as famílias não são convidadas a participarem efetivamente desse processo e as crianças são tomadas como “adaptadas” quando param de chorar, deixam de pedir colo ou entram no ritmo da rotina institucional. Cabe assim problematizar o processo de acolhimento, pois não se trata de enquadrar o comportamento infantil no sistema predeterminado pela instituição, mas envolve ações que tocam no Projeto Político Pedagógico, na maneira que a escola concebe a infância e a relação que estabelece com as famílias e com a comunidade. Em suma, remete à atribuição sociocultural e política que a instituição de Educação Infantil representa para a sociedade.

A pesquisa de Silva (2015) teve como objetivo compreender a participação da família na vida escolar dos filhos, do ponto de vista de gestores, professores, famílias e alunos de uma escola pública da periferia da cidade de São Paulo. Trata-se de um estudo de caso qualitativo, que utilizou observação e entrevistas reflexivas para a coleta de dados. A perspectiva teórica teve como referência estudos que tratam da relação escola-família, o pensamento de Paulo Freire sobre educação e participação e as reflexões de Bordenave sobre o que é participação. Propôs analisar e acompanhar o relato das professoras com foco na relação com as famílias. Procurou compreender as práticas pedagógicas utilizadas, a relação das professoras com a equipe gestora e com os alunos, a relação dos alunos com a aprendizagem e, mais especificamente, a relação que essas professoras mantinham com as famílias dos alunos, ou

seja, como as compreendiam e delas se aproximavam. Notou-se particularmente a importância da gestão escolar aberta ao diálogo, contribuindo para a compreensão de que a participação familiar na escola também depende de uma política de gestão.

Essa dissertação oferece importantes contribuições a minha pesquisa, pois no decorrer do estudo, a autora traz reflexões acerca do papel da equipe gestora. Em síntese, o que se percebeu, a partir dos dados e da análise, foi que a escola tem uma expectativa de participação, demonstrada pelos gestores e professores; as famílias apresentam um modo de participação muito próximo às expectativas levantadas; os alunos demonstram que as famílias incentivam os estudos da sua maneira, seja ameaçando, seja castigando, mas que se preocupam sim com a escolarização dos filhos. A questão feita a todos os entrevistados foi: o que falta?

Para a gestão, falta participação no conselho de escola que é um importante instrumento de apoio ao seu trabalho, bem como uma forma de intervir na educação do filho. Segundo a escola, os pais não sabem o poder que têm para definir as coisas: “porque se eles estivessem bem presentes nisso, ajudando a tomar decisões, eu acho que a gente avançaria muito”. Seria essa idealização de participação dos pais no conselho um nível de participação próximo à chamada cogestão, na qual a direção é compartilhada.

A autora conclui seu estudo relatando que a participação é um fenômeno complexo e permeado de situações que dificultam a sua articulação na escola. Ao mesmo tempo, percebe-se que, na escola pesquisada, a equipe chama para si a responsabilidade por esta articulação. É uma escola que apresenta um bom trabalho em equipe e disponibilidade para atender às famílias e resolver as questões apresentadas em sala de aula, como desafios pedagógicos. Apresenta também uma teoria própria sobre participação, elaborada a partir da sua própria experiência e da reflexão sobre a sua prática, caracterizando, aqui, um modo particular de pensar e agir na direção da participação, que deve ser estudado e divulgado como uma possibilidade.

Este conjunto de teses e dissertações possibilitou a esta pesquisa expandir os estudos relacionados à interação escola-família, sendo o foco priorizado para as ações exercidas pela gestão pedagógica no ato da matrícula, ou seja, os procedimentos realizados com os novos alunos.

Quanto aos artigos científicos encontrados no banco de dados da SciElo e da ANPEd disponíveis em seu endereço eletrônico, foram selecionados inicialmente três trabalhos, compatíveis com o tema e que podem contribuir com a compreensão das especificidades e complexidades do trabalho desenvolvido pela escola com as famílias dos alunos na Educação Infantil no momento ingresso.

O artigo de Santos e Toniosso (2014) trouxe a questão de como seria coordenar dentro de um segmento que até pouco tempo atrás era reconhecido apenas como local de cuidado das crianças? Sendo assim, a pesquisa buscou identificar e descrever o papel do gestor na educação infantil, com vistas a apontar implicações para a prática docente. As autoras defendem que a participação da comunidade escolar não deve ser apenas quando convém ao gestor, para que ele ainda mantenha o controle das decisões. Deve ser em todas as tomadas de decisões para que haja descentralização, garantindo socialização de ideias, diálogo e participação de forma integral.

O artigo acima citado teve por base uma pesquisa qualitativa, com uso de análise bibliográfica e aplicação de questionários aos docentes e coordenadores pedagógicos de dois Centros de Educação Infantil localizados Bebedouro - SP. Com base nos dados obtidos nos questionários foi possível perceber a necessidade do papel do coordenador pedagógico na educação infantil, sendo que os professores sentem o reflexo desta falta no desenvolvimento das suas atividades, prejudicando inúmeras vezes as crianças pelas suas ausências em salas ou pela não realização do que havia planejado.

Os autores concluem o artigo destacando que a gestão educacional é de extrema importância dentro do processo educativo, realizando ações que contemplem a criança como ator principal das vivências pedagógicas. Por fim, a identidade profissional do gestor pedagógico na educação infantil ainda tem todo um processo para se desenrolar, mas ainda se faz necessário que a sociedade tenha consciência do trabalho prestado pelas instituições de educação infantil, reconhecendo-as como um espaço educacional.

Dentre os selecionados destaca-se o artigo de Carvalho (2008) que procurou discutir e problematizar práticas escolares e o disciplinamento que estas operam nos corpos de crianças de uma Escola Municipal de Educação Infantil situada em Ponta Grossa. Nessa perspectiva, tal empreendimento analítico considerou os indivíduos escolares sendo engendrados pela ação do poder e possibilitou a tematização das práticas escolares e de sua produtividade enquanto



instâncias disciplinares, exercitando a compreensão das relações de poder, dos movimentos de resistência e da pluralidade de sujeitos que (re)significam o espaço escolar.

Dessa forma, para a instituição tornar o aluno objeto de conhecimento, foi preciso inicialmente “conhecer” a sua história de vida através de tal prática. A anamnese colabora com a produção de saberes sobre a criança à medida que possibilita e estimula a elaboração de meios teóricos precisos para compreendê-lo. Assim, assegura que as escolas, devido à vontade de controle que têm sobre os processos escolares, respaldam-se em discursos pedagógicos que validam as práticas referentes à atuação com as crianças.

A terceira contribuição é o texto de Lima e Melo (2016), artigo que apresenta os resultados de um estudo de caso exploratório que investigou como duas escolas privadas promovem a sua oferta junto dos potenciais clientes e, assim, regulam a procura de que são objeto por parte das famílias ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Os autores relatam sobre uma seleção encoberta, que acontece geralmente através da realização de uma entrevista prévia com os pais e/ou o candidato a aluno, em que se dá particular importância às características deste último e da família – por exemplo, a sua orientação religiosa, os valores dominantes, um formulário de candidatura tão longo e complexo que os pais com menor nível de escolaridade não conseguem preenchê-lo devidamente, sendo por isso excluídos.

Os resultados deste trabalho mostram que as organizações estudadas procuram diferenciar-se das concorrentes através da criação e promoção de uma imagem de marca junto dos seus públicos e que regulam a procura de que são objeto através da utilização de estratégias seletivas de definição de perfis preferenciais de alunos a admitir.

As contribuições deste conjunto de estudos apresentados são relevantes, pois abordam estudos sobre as práticas da gestão pedagógica e também traz reflexões a respeito da relação família e escola.

## **1.2. Fundamentos teóricos**

É preciso reconhecer a importância de se estudar o cotidiano escolar, sem menosprezo aos rigores conceituais, buscando por meio de um referencial teórico, compreender e interpretar os processos que são gerados no dia-a-dia escolar, seja nas interações sociais dos indivíduos, seja na sua atuação e nas falas perante a comunidade escolar. Para respaldo

teórico, procurou-se por autores que desenvolvessem estudos sobre o percurso histórico da educação infantil, a gestão pedagógica na educação infantil, a relação família-escola, os procedimentos para os alunos que ingressam na educação infantil.

### *O percurso histórico da educação infantil no Brasil*

Na maioria das sociedades atuais a educação infantil constitui uma demanda social quase inquestionável, mesmo porque com a concepção moderna de infância, inserir a criança desde pequena no contexto escolar é algo tido como natural e já consolidado ao longo de todo o processo de aquisição do conhecimento.

No entanto, a educação escolarizada para as crianças pequenas nem sempre teve um lugar de destaque. Diversas mudanças ocorreram até que as crianças deixassem de ser vistas como “adultos em miniatura” e passassem a ter reconhecidas suas características e necessidades peculiares. Entre outras transformações advindas desse novo olhar lançado sobre a criança, podemos citar como exemplo: o vestuário da criança que se transformou passando a ser mais leve, folgado, confortável e distinto das vestimentas dos adultos; livros relativos à pediatria e literatura infantil passaram a ser publicados; as classes escolares passaram a ser divididas em séries de acordo com as idades. (POSTMAN, 1999).

Há divergências sobre a criação do primeiro jardim de infância no Brasil. Alguns autores atribuem a iniciativa a Emília Erichsen que fundou a chamada Escola de Emília, tida como o primeiro e verdadeiro jardim de infância do Brasil, na cidade de Castro, no Paraná, em 1862. Outros atribuem a iniciativa a Menezes Vieira, em 1875, no Rio de Janeiro. Outras iniciativas se somam a estas, todas de caráter privado e, na maioria, voltadas a atender as classes sociais mais abastadas da época.

Assim, no século XIX são poucas as iniciativas públicas no que tange à educação infantil. O primeiro jardim de infância público, na verdade uma creche, só surge 21 anos após a criação, por Menezes Vieira, do jardim de infância particular, mas a iniciativa foi de uma empresa privada. A Fábrica de Tecidos Corcovado, em 1896, na cidade do Rio de Janeiro, criou uma creche vinculada ao local de trabalho dos operários.

Embora neste trabalho se esteja falando da educação infantil em geral, uma diferenciação pertinente que vale ser ressaltada se refere aos termos jardim-de-infância e

creche. O jardim-de-infância pretendia exercer o papel moralizador da cultura tendo uma dimensão educacional e não assistencial.

Já a creche visava assistir a criança que ficava privada dos cuidados maternos devido ao trabalho da mãe, tendo como principal objetivo evitar o abandono das mesmas por seus responsáveis. Tinham caráter assistencialista e atendiam crianças pertencentes às camadas mais populares, com pouca baixa condição econômica e cujas mães trabalhavam nas fábricas em jornadas exaustivas.

É oportuno ressaltar que as primeiras creches que surgiram no Brasil foram precedidas pela estruturação do capitalismo, a crescente urbanização e a necessidade de reprodução da força de trabalho compostas por seres capazes, nutridos, higiênicos e sem doenças. As creches foram criadas para que as mães tivessem onde deixar seus filhos para trabalhar. Inicialmente a iniciativa privada era a grande responsável por essas instituições de caráter assistencial-filantrópico, ocupando o lugar da “falta moral e econômica” da família. Estas associações eram compostas por grupos femininos. Surgiram para atender à necessidade da mulher-operária por não ter alternativa quanto ao lugar para deixar os seus filhos. Caracterizavam-se assim como uma relação de favor entre as associações provedoras e as famílias. Promovia-se a ideologia da família ao mesmo tempo em que se salientava a incompetência daquelas que se utilizavam das creches. (HADDAD, 1991). Na verdade, as creches eram consideradas como uma espécie de mal necessário, prejudiciais à unidade familiar por tirarem desde cedo à criança do ambiente doméstico, só admitidas por absoluta necessidade.

As escolas privadas proliferaram com a promulgação, em 1961, da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/1961), sendo a partir de então, permitida a elas maior autonomia na sua organização administrativa, disciplinar e didática. Ademais, o desenvolvimento econômico do país e a problemática da queda da qualidade que começa a atingir o ensino público propiciaram o crescimento do setor educacional privado voltado às camadas mais abastadas da população.

O Quadro 1 apresenta uma síntese da história da educação infantil no Brasil desde o século XVIII até os anos de 1970 do século XX.

**Quadro 1. Síntese histórica da Educação Infantil no Brasil: do século XVIII á década de 1970**

<b>Século XVIII</b>	
Bebês abandonados pelas mães, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a famílias com prestígio social, eram recolhidos nas “rodas de expostos” ou “roda dos enjeitados”, existentes em algumas cidades e que ficavam aos cuidados de instituições de caridade, geralmente católicas.	
<b>Século XIX</b>	
Durante a maior parte do século, o atendimento a crianças pequenas longe das mães em instituições como creches ou parques infantis era de número inexpressivo no Brasil; mesmo assim podemos destacar algumas datas.	
<b>1862</b>	Emilia Erichsen cria o primeiro Jardim de Infância do país, em Castro, Paraná.
<b>1875/1877</b>	Rio de Janeiro e São Paulo: surgem os primeiros jardins de infância sob os cuidados de entidades privadas e, depois de alguns anos, os primeiros jardins de infância.
<b>1899</b>	Surge a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado”, no Rio de Janeiro, a primeira creche brasileira destinada a acolher os filhos dos operários.
<b>1899</b>	Moncorvo Filho funda o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que precedeu a criação, em 1919, do Departamento da Criança.
<b>Século XX</b>	
A urbanização e a industrialização nos centros urbanos maiores, intensificadas no início do século XX, produziram um conjunto de efeitos que modificaram a estrutura familiar tradicional no que se refere ao cuidado dos filhos pequenos.	
<b>1919</b>	Criado o Departamento da Criança no Brasil.
<b>Década de 20/início dos anos 30</b>	Entre as reivindicações do movimento operário por melhores condições de trabalho e de vida estava a da existência de locais para guarda e atendimento das crianças durante o trabalho das mães.
<b>De 1921 a 1924</b>	Levantamentos apontaram um crescimento de 15 para 47 creches e de 15 para 42 jardins de infância em todo o país.

<b>1922</b>	Ocorre o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância no Rio de Janeiro.
<b>1923</b>	A primeira regulamentação sobre o trabalho da mulher previa a instalação de creches e salas de amamentação próximas ao ambiente de trabalho e que estabelecimentos comerciais e industriais deveriam facilitar a amamentação durante a jornada das empregadas.
<b>1930-1945</b>  (Governo Vargas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A partir da década de 30, foram criadas algumas instituições oficiais voltadas à proteção à criança.</li> <li>• Em Teresina, Piauí surgiram jardins de infância e cursos para formar seus professores, mas nenhum deles voltado ao atendimento prioritário das crianças das camadas populares;</li> <li>• Em 1935 foram implantados os primeiros Parques Infantis foram na cidade de São Paulo, inicialmente em três bairros operários (Lapa, Ipiranga e Mooca), vinculados ao Departamento de Cultura do município, por iniciativa de Mário de Andrade, então diretor do Departamento.</li> <li>• Além dos cursos da Escola Caetano de Campos em São Paulo, começaram a funcionar cursos com salas de observação para pesquisa sobre o desenvolvimento infantil no colégio Benett (1939) e no Instituto de Educação (1949), ambos no Rio de Janeiro.</li> <li>• Em 1942 é criado o Departamento Nacional da Criança, como parte do Ministério da Educação e Saúde.</li> </ul>
<b>Década de 50</b>	Em 1953, com a divisão do Ministério da Educação e Saúde, o Departamento Nacional da Criança passou a integrar o Ministério da Saúde, sendo substituído em 1970 pela Coordenação de Proteção Materno-Infantil.
<b>Década de 60</b>	Surge a primeira Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 4024/61) que, com relação à chamada “educação pré-primária”, afirma que destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância, mas não garante sua universalização e gratuidade.
<b>Década de 70</b>	A LDB (Lei n. 5692/71), uma adaptação da primeira feita pelo governo militar; nada muda na educação infantil.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Cardoso (s/d).

Do início do século XX até a década de 1950, as poucas creches das indústrias eram de responsabilidade de entidades filantrópicas laicas e, principalmente, religiosas. Em 1965 o

Brasil tinha cerca de 3.320 creches e jardins de infância. Finalmente, quase um século após a sua entrada no país, a Educação Infantil começa a ter avanços. Até os anos 70, pouco se fez em termos de legislação que garantisse e assegurasse o acesso e a permanência na educação infantil. Posteriormente, nas décadas de 1980 e 1990 propostas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população surgiram, sendo que, através da Constituição de 1988, foram estabelecidos os direitos à educação e, ao Estado, o dever de oferecer creches e pré-escolas para crianças menores de seis anos. A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n. 8069/90) veio reforçar e assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes visando à efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação.

A unidade escolar pública ou privada é o principal caminho para o desenvolvimento pessoal e coletivo de milhares de crianças e sua inserção foi enfatizada em 1994, quando o Ministério da Educação (MEC) publicou o documento *Política Nacional de Educação Infantil* (BRASIL/MEC/SEB, 1994), que estabeleceu metas como a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, entre elas a necessidade de qualificação dos profissionais, que resultou no documento *Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil* (BRASIL/MEC/SEB, 1994).

Além da previsão constitucional, a educação tem as suas diretrizes e bases estabelecidas pela Lei Federal nº 9.394 de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que ratifica a decisão de incluir as pré-escolas na educação básica, enfatizando que a educação é um direito da criança e que deve, portanto, ser universal.

A LDB é composta por 92 artigos que abordam os mais diversos temas da educação brasileira, como os recursos financeiros e a formação dos profissionais da educação e, de acordo com ela, a educação básica se organiza da seguinte forma:

- Educação Infantil – creches (de zero a três anos) e pré-escolas (de quatro e cinco anos) – É gratuita, mas não obrigatória. É de competência dos municípios.
- Ensino Fundamental – anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e anos finais (do 6º ao 9º ano) – É obrigatório e gratuito; a LDB estabelece que, gradativamente, os municípios serão os responsáveis por todo o ensino fundamental; na prática os municípios estão atendendo aos anos iniciais e os Estados os anos finais.
- Ensino Médio – O antigo 2º grau (do 1º ao 3º ano). É de responsabilidade dos Estados. Pode ser técnico profissionalizante, ou não.

De acordo com a Lei n. 11.274 de fevereiro de 2006, o ensino fundamental passou a ser de nove anos de duração e não apenas de oito. Com isso as crianças de seis anos de idade passam a ingressar obrigatoriamente no ensino fundamental e não mais na pré-escola.

Mais adiante, a LDB sofreu outra modificação com a Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013 (BRASIL, 2013) que, entre outras alterações, antecipou a garantia da entrada das crianças na escola e o ensino passou a ser obrigatório para as crianças a partir dos quatro anos de idade.

Antes da mudança na LDB, o ensino fundamental era a única etapa escolar obrigatória; agora de acordo com a n. 12.796/2013, a Educação Básica passa a ser obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos de idade. Dessa forma toda a educação básica passa a integrar, enfim, as políticas públicas de educação que buscam responder aos históricos anseios das camadas populares por uma educação pública de qualidade.

Existem ainda grandes barreiras que impedem o acesso e a permanência da população na educação básica, seja por falta de conhecimento de seus direitos, seja por falta de recursos financeiros e subsídios necessários para a concretização integral desse direito. Um exemplo seria as normas de matrícula na educação infantil que combinam vários fatores, tais como índice de vulnerabilidade social, faixa etária da criança, local de moradia, sorteio, atendimento a irmãos, mãe trabalhadora e outros. Isso significa que, na verdade, o direito à educação infantil não está garantido ainda. De qualquer modo, frente a essa situação, é importante que essas regras sejam transparentes e amplamente discutidas, divulgadas na comunidade e regulamentadas pelo Conselho Estadual ou Municipal de Educação. Entretanto é necessário esclarecer que qualquer família que questione essas normas junto ao poder judiciário tem direito a vaga.

O Ministério da Educação deixa claro que a Educação Infantil é um direito de todas as crianças, sem requisito de seleção. No entanto, na divisão da educação entre os poderes (federal, estadual, municipal), a Educação Infantil coube aos municípios.

Na verdade, a Lei nº 12.796/2013, que ajusta a Lei nº 9.394/1996 (LDB) à Emenda Constitucional nº 59/2009, a qual torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos quatro anos de idade, apresenta certa ambiguidade. No item I, confirma a educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos de idade, abarcando pré-escola; ensino

fundamental e ensino médio. No item II, garante a educação infantil gratuita às crianças de até cinco anos de idade, ficando de fora o termo obrigatória. (grifos meus).

O fato é que a maior parte dos municípios brasileiros depende de verbas federais para manter sua rede de escolas e não dispõe de vagas para todas as crianças na educação infantil e, quando elas existem, a prioridade é para as crianças a partir dos quatro anos.

Considerando a forte demanda por atendimento, alguns municípios que organizaram critérios envolvendo discussão com os diferentes setores como a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Conselho Tutelar, Conselho de Educação, Fórum de Educação Infantil, Ministério Público, entre outros, têm conseguido apoio da população com relativo sucesso para a oferta de mais pré-escolas. Sendo importante ressaltar também, que, apesar de existirem critérios para a seleção das crianças a serem matriculados nas creches e pré-escolas, privadas ou públicas, esses critérios não podem restringir impedir ou dificultar o direito da criança à educação e, na verdade, devem ser entendidos como critérios de prioridade e não de exclusividade.

#### *O Exercício da gestão pedagógica na educação infantil*

Diante da relevância da atuação do gestor pedagógico no ambiente escolar e dos desafios provenientes do cargo/função que este profissional exerce, no campo acadêmico ele vem sendo alvo de estudos intensificados a partir da última década do século XX.

Porém, muitas vezes a função de supervisionar e acompanhar a execução das atividades pedagógicas da escola fica a cargo do diretor, pois não são todas as instituições públicas ou privadas, em especial as de educação infantil, que possuem o profissional para atuar na função de coordenação pedagógica, ficando ao diretor a responsabilidade de coordenar tais práticas, além das que lhes são cabíveis no âmbito da administração escolar.

A revalorização da gestão educacional passou por uma transição a partir da LDB nº 9394/96 que, em seu art. 61 (alterado pelas Leis n. 12.014/2009 e n.13.415/2017) dispõe sobre a formação de profissionais da Educação de modo a atender os objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando. Desse modo, os profissionais em educação devem, nos termos da Lei, ter uma formação que lhes permita atuar nas diversas modalidades de ensino, sendo que a função de coordenador



pedagógico existe para acompanhar e contribuir com o professor em suas atividades didático-curriculares, além de organizar a comunicação e interpretação da avaliação dos alunos e contribuir para estreitar vínculos entre família e escola.

Segundo Rangel (2002):

“Co-ordenar” é organizar em comum, é prever e prover momentos de integração do trabalho entre as diversas disciplinas, numa mesma série, e na mesma disciplina, em todas as séries, aplicando-se a diferentes atividades, a exemplo da avaliação e elaboração de programas, de planos de curso, da seleção do livro didático, da identificação de problemas que se manifestam no cotidiano do trabalho, solicitando estudo e definição de critérios que fundamentem soluções. A coordenação implica criar e estimular oportunidade de organização comum e de integração do trabalho em todas as suas etapas. (RANGEL, 2002, p. 76-77)

No que diz respeito aos cuidados para com as crianças, ao falarmos de gestão, estes se desdobram nos processos de formação contínua da equipe escolar e na busca da construção de uma gestão democrática e participativa aberta a todos os sujeitos que compõem o cenário da instituição, ou seja, crianças, profissionais e família. (ALMEIDA; PLACCO, 2010, p. 83).

No que diz respeito à prática pedagógica na Educação Infantil, é importante que seja alicerçada no planejamento a fim de nortear o desenvolvimento de um trabalho de qualidade. Necessita-se desenvolver uma visão crítica do trabalho prestado, transformando reflexivamente as ações educativas e valorizando a ação de todos os sujeitos envolvidos na educação.

Tanto creches quanto pré-escolas, como instituições educativas, têm uma responsabilidade para com as crianças pequenas, seu desenvolvimento e sua aprendizagem, o que requer um trabalho intencional e de qualidade. (OSTETTO, 2002, p. 175).

Na comunidade escolar os gestores (diretor e/ou coordenador) possuem uma função articuladora e transformadora, isto é, agem como elementos mediadores entre os alunos, professores e os outros atores da educação. Espera-se destes profissionais que tenham conhecimento da realidade social e cultural em que a escola se encontra, a fim de que seja

desenvolvido, dentro e fora de sala de aula, um currículo que atenda às necessidades dos alunos.

Uma gestão democrática no interior da escola somente acontecerá de fato se os atores responsáveis assim o desejarem, apoiando a participação da comunidade e tornando possível a prática de relações humanas sinceras e solidárias no âmbito da instituição escolar, a fim de exercer a verdadeira coordenação com base na democracia. De acordo com Paro:

A “coordenação” do esforço de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais, fundamentada na participação coletiva, é de extrema relevância na instalação de uma administração democrática no interior da escola. É através dela que são fornecidas as melhores condições para que os diversos setores participem efetivamente de tomada de decisões, já que estas não se concentram mais nas mãos de uma única pessoa, mas na de grupos ou equipes representativos de todos. É necessário, entretanto, que essa representação autêntica e que estejam sempre funcionando adequadamente os mecanismos mais eficientes de expressão das ideias e de intercâmbio de informações. (PARO, 2006, p.162).

No entanto, falarmos de interação e de relações interpessoais entre adulto e criança, criança e criança, adulto e adulto remete-nos a outros saberes que devem ser contemplados nos processos formativos de educadores. São estes saberes comuns a todas as relações, pois estão fundamentados em princípios que revelam o compromisso com uma educação humanizadora. Entretanto, há diferença nas atitudes que compõem a postura do adulto em relação à criança cuja marca está na intencionalidade de sua prática educativa (ALMEIDA; PLACCO, 2010, p. 87). Este é outro aspecto fundamental do exercício da função coordenadora na escola.

Sobre a previsibilidade das ações educativas do gestor pedagógico ressaltamos que nem sempre a orientação direcionada ao professor pode ser planejada antecipadamente, pois, a qualquer tempo ele pode ser convocado a esclarecer dúvidas da equipe docente. A esse respeito Pinto (2011), destaca que:

De modo diferente, a intervenção do pedagogo escolar (do diretor, do coordenador pedagógico) nem sempre é planejada. Ele

mobiliza os saberes pedagógicos em situações educativas nem sempre formais que surgem no dia a dia do cotidiano escolar. Embora participe de situações educativas formais como, por exemplo, coordenar uma reunião – que permite uma intervenção mais planejada –, o fato é que a maior parte de suas intervenções educativas ocorre em situações menos formais. Nesse sentido, o trabalho do pedagogo escolar difere do exercício da docência por seu alto grau de imprevisibilidade. O pedagogo atua a partir de posicionamentos e decisões que deve tomar em situações educativas específicas e imprevistas. (PINTO, 2011, p.79)

Com base nessa afirmação é justificada a importância de o Professor Coordenador Pedagógico (PCP), ou simplesmente Coordenador Pedagógico (CP) ter um grau de conhecimento pedagógico maior em relação ao dos professores, para intervir de maneira segura e com consistência teórico-prática, em situações planejadas ou imprevistas.

Como um dos integrantes do coletivo escolar, é importante que o coordenador estabeleça um diálogo aberto nesse espaço e saiba articular as ações para as transformações que se fizerem necessárias. É por meio desse diálogo que a equipe e a comunidade escolar poderão explicitar suas expectativas em relação ao trabalho do gestor pedagógico. Nessa perspectiva, Orsolon (2010) salienta que:

O trabalho de parceria com a família constrói-se com e no coletivo da escola, mediante a articulação dos diferentes atores da organização, na complexidade e dinamicidade das relações, nos espaços previstos pela organização e nos espaços reivindicados. É um trabalho intencional da coordenação, que precisa ser planejado, discutido com a equipe docente e não docente e compartilhado com as famílias. [...] as ações coordenadoras de parceria nas relações família-escola, quando se pretendem transformadoras da situação vigente, precisam considerar a especificidade e a complexidade dos universos escolar e familiar, a sociedade na qual estão inseridos e a capacidade e a disponibilidade do coordenador para ouvir, escutar, saber fazer, tolerar, instigar, dialogar, buscar parcerias (...). (ORSOLON, 2010, p. 182)

Assim, pode-se considerar que, em relação à discussão dos dados referentes à formação da identidade profissional dos PCPs, ressalta-se que as coordenadoras entrevistadas na pesquisa relatada por Orsolon (2010) estão convictas de que as mudanças e transformações propostas pelas políticas públicas para a área da Educação Infantil dependem em grande parte da maneira como esse processo é conduzido por elas nas escolas nas quais desenvolvem seu trabalho.

Ao analisar o papel do gestor pedagógico frente às especificidades da Educação Infantil, Zumpano e Almeida (2012) argumentam que:

Pensar a própria prática remete o coordenador pedagógico a buscar algo que vai além de se adaptar às mudanças políticas, econômicas e sociais; ele deve adequar essas mudanças juntamente com o grupo de professores com o qual atua, encaixando-as no contexto do local onde trabalha. Pensar a prática “melhor” implica que o coordenador pedagógico busque, por meio da formação continuada em serviço, qualificar os profissionais que acompanha, instigando-os a conhecer as concepções teóricas que vigoram no âmbito da educação infantil atual, provocando movimentos de conscientização em relação ao papel educativo que exercem de forma dinâmica, permanente e sistemática na construção do conhecimento. (ZUMPANO; ALMEIDA, 2012, p. 26)

### *A relação escola-família*

No campo das pesquisas acadêmicas, dialogar sobre o tema relação escola e família não se trata de algo novo e muito menos inusitado. A fim de ampliar as reflexões a respeito do tema, este trabalho tem o objetivo de trazer reflexões, em especial, a respeito das relações entre a escola e as famílias dos alunos, optando pela busca da parceria como forma de estabelecer vínculos em favor dos cuidados articulados favorecendo a educação da criança pequena.

Desde as sociedades mais antigas, os pais são os primeiros educadores da criança, com a responsabilidade pela educação e bem-estar, assim como de lhe transmitir a herança cultural. Porém, a partir do século XVII, como explicado adiante, a aprendizagem social aos poucos vai deixando de ser exclusividade da família e passa a ser desenvolvida também pela escola. E a relação entre pais e filhos começa a ser acompanhada mais de perto pela escola.

Berger e Luckmann (1985) definem a “socialização como uma ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (p.175). A primeira socialização, chamada de socialização primária, também conhecida como educação informal, é experimentada na infância sob os cuidados dos adultos responsáveis pela mesma. A segunda, chamada de socialização secundária, também conhecida por educação formal, é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. Geralmente é feito por instituições escolares e outras instituições ligadas ao mundo do trabalho.

Antes do século XVII existia uma forma de aprendizagem direta que era passada de geração em geração. Mas, a partir do século XVII, a escola assume parte da aprendizagem como meio de educação. Ariès (1981) atribui como fator principal de tal situação o surgimento do “sentimento de infância”, isto é, passa-se a considerar a infância como um período diferenciado da vida de adulto.

A partir do século XVIII, concomitantemente ao aumento da educação escolarizada, há diminuição da mortalidade infantil, gradativa diminuição do número de filhos e as famílias passam a exercer um papel mais afetivo em relação às crianças. A escolarização deixa de ser exclusividade do clero<sup>1</sup> e passa a ser vista como necessária à iniciação social. A educação escolar passa a ser oferecida por variadas instituições. “O que antes era função quase que exclusiva da família é hoje disseminada por uma vasta gama de agentes sociais, que vão desde a pré-escola até os meios de comunicação de massa”. (REIS, 1984, p.103)

No Brasil, antes da vinda da corte portuguesa, a educação era em grande parte coordenada pela igreja católica. Em 1834 foi decretado pela corte portuguesa o direito às províncias de legislar sobre a instrução pública. Sendo que a partir de então, a iniciativa privada passa a ser ampliada, pois as províncias não tinham meios suficientes de organizar as instituições educacionais.

A educação privada que se ofertava era o ensino secundário direcionado às famílias de altas posses. Para regulamentar e motivar a educação privada, em 1849 foi criado um órgão burocrático na Província do Rio de Janeiro designado para controlar o ensino privado. Na

---

<sup>1</sup> Os sacerdotes (também chamados de clérigos ou ministros sagrados) que são responsáveis por um culto religioso (que fazem parte da Igreja) e naquela época também eram responsáveis pelas escolas.

segunda metade do século XIX, a liberdade de ensino nos graus primário e médio era consensual.

No século XX, no decorrer dos anos 20 e início dos 30, a educação no ensino público era oficialmente laica e, do outro lado, no particular predominavam as escolas vinculadas à religião católica. Foi nesse momento que a questão escola pública *versus* escola privada se intensificou, sendo uma das principais razões a insistência de parte da sociedade em que educação continuasse vinculada à religião católica (CURY; NOGUEIRA, 1989, p.66).

Neste período observou-se certo distanciamento entre a família e a escola. Neste processo há o deslocamento de outras instituições de seus lugares tradicionais de socialização, considerando-as incapazes de bem educar diante de uma sociedade que se complexifica, com novos padrões de comportamento (FARIA FILHO, 2000). Lembrando que, até a primeira metade do século XX, o padrão dominante da família brasileira era a constituída por pai, mãe e filhos, o que passou a se modificar gradativamente.

Novos debates surgiram na esfera educacional a partir das décadas de 40 e 50 que, com o crescimento da rede pública, fez com que o número de alunos matriculados nas escolas privadas diminuísse drasticamente. As camadas médias da população, por causa do aumento da inflação no período, transferiram seus filhos para a escola pública. Foi lançada em 1958 a proposta de um anteprojeto em que o Estado poderia transferir recursos para as escolas particulares, o que foi incorporado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1961 (CUNHA, 1989).

A partir dessa breve introdução histórica é importante fazer uma análise das relações estabelecidas entre escola e família que repercutem até hoje. Tradicionalmente a família tem estado por trás do sucesso escolar e tem sido culpada pelo fracasso escolar. Há um discurso no senso comum de que tudo o que ocorre no âmbito do ensino privado não está permeado de desafios ou dificuldades como acontece no ensino público. Entretanto, cabe a pergunta: as instituições de ensino integram a família ao âmbito escolar, fazendo com que ela se sinta parte do contexto educacional para que o tão almejado sucesso escolar possa acontecer com a maioria dos alunos?

Na educação infantil, dentre as atribuições do gestor revela-se um papel diretamente envolvido com o processo educativo e com as ações pedagógicas voltadas para a criança e a família, destacando-se a articulação da relação entre escola e comunidade. Esta parceria é

essencial para o crescimento da criança, pois essas duas instituições são responsáveis por preparar o indivíduo para atuar na sociedade, porém, envolver as famílias sem misturar as responsabilidades não é uma tarefa simples.

A escola e a família dividem algumas funções na aprendizagem do aluno. Segundo os profissionais que atuam na escola, a participação dos pais consiste em tarefas que eles devem realizar e/ou contribuições financeiras para promoção de atividades extraclasse. Essa participação também engloba a presença em reuniões de pais promovidas pela escola e prontas respostas a respeito de problemas escolares envolvendo as crianças (CAMPOS, 1981).

Segundo Falsarella (2008) não se pode chamar de participação o convite para eventos de festas, reuniões ou convocação para tomar ciência do rendimento escolar, pois essas são formas casuais de se relacionar com a família. Quando a escola consegue deixar de lado os mecanismos defensivos e as acusações, de forma a mobilizar os pais criando relações de confiança e cooperação, fecham-se as portas para todos os tipos de fantasias e especulações.

Neste sentido, Oliveira (2010) observa que:

(...) A família é a única instituição social presente em todas as civilizações e a unidade essencial em todas as sociedades. Atualmente, grandes transformações vêm ocorrendo no panorama familiar, as quais têm que ser estudadas tendo em conta tanto as mudanças sociais, económicas, científicas e tecnológicas como as representações sociais e mesmo as práticas educativas. (OLIVEIRA, 2010, p. 9).

A relação entre família e escola começou a ser estudada, na sociologia da educação, a partir dos anos 60 do século XX. Antes disso, a relação entre família e escola não era considerada importante porque tanto a casa quanto a sala de aula eram espaços privados, não havendo entre eles relações estreitas. Os pais não eram bem-vindos ao ambiente escolar, sendo que nos anos 60 começou a acontecer uma interação individual entre professores e pais.

Família e escola estão em contato, interagem, compõem o que na Abordagem Ecológica de Bronfenbrenner chama-se de Meso-Sistema<sup>2</sup> (TUDGE, 1997), exercem

---

<sup>1</sup> Urie Bronfenbrenner, criador dessa teoria, observou que o modo de ser das crianças mudava de acordo com o contexto em que cresciam. O psicólogo entendia o ambiente como um conjunto de sistemas que se relacionavam entre si influenciando o desenvolvimento da criança.

influência uma sobre a outra, ao tecerem uma rede de relações e de troca de tarefas que tem como objetivo a criança e o seu desenvolvimento.

A participação das famílias nas escolas está prevista em leis nacionais. Destaca-se que na LDB/1996 estabelece-se que a participação da comunidade no processo pedagógico é facultativa, inclusive na sua avaliação no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei federal n. 8.069/1990), mas garante-se aos pais ou responsáveis o direito de ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais. Embora os fóruns privilegiados para a participação dos pais se concretizem por meio dos Conselhos de Escola (CEs), das Associações de Pais e Mestres (APMs) e das reuniões de pais, tem sido enfatizada a importância de ampliação de oportunidades para dar voz aos pais e/ou responsáveis, sobretudo sobre sua inclusão nos processos de formulação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e da avaliação institucional de cada unidade escolar.

Um trabalho de troca é muito mais enriquecedor do que soluções prontas. Um exemplo é quando o gestor escolar simplesmente estabelece a pauta de reunião e elabora os projetos e o professor se torna um simples executor. A partir das relações, é possível constatar que problemas no modo como os pais são vistos e se colocam na vida escolar do filho estão postos e merecem investimentos, pois:

[...] propor que pais/mães se incorporem ao conjunto dos que definem rumos para a instituição escolar ainda é um objetivo auspicioso. Pois, há uma cultura autoritária no Brasil que faz educadores/as e pais/mães sentirem dificuldades em construir práticas diferenciadas de relacionarem-se no interior da escola e a respeito da educação das crianças, cuja responsabilidade, agora se admite, dividem como pais/mães e educadores/as (SILVA, 2007, p. 3).

É fundamental lembrar que embora a escola surja na história como instituição de apoio à família, as relações entre elas são marcadas não apenas pelo trabalho conjunto, mas também por discordâncias ao longo dos anos. Portanto, torna-se urgente e necessária a aproximação desse tema na formação inicial e na formação continuada dos gestores, coordenadores, professores e educadores em geral que atuarão com as futuras gerações. Talvez nem sempre a escola consiga contar com o apoio das famílias e nem por isso estas devem estas ser

---



consideradas negligentes. A busca de inovações nas práticas pedagógicas, ao invés de adaptar as famílias para que elas se enquadrem às propostas escolares, é fundamental para a escola exercer suas ações tendo como objetivo central a colaboração entre familiares e educadores para atuarem conjuntamente no processo de educação das crianças.

A parceria entre essas duas instituições é de extrema importância e jamais uma das partes pode se isentar. Parceria é trabalhar em conjunto, não significa desempenhar papéis iguais, mas sim complementares. No entanto, independentemente de a família desempenhar seu papel, a escola necessita educar os alunos para a vivência em sociedade, atuando na socialização secundária, e não esperar por alunos e famílias ideais como pré-requisito para que se possa ter êxito nessa tarefa.

#### *As reflexões acerca do ingresso na educação infantil*

A Sociologia da Educação, que teve em Pierre Bourdieu (1930-2002) um grande expoente, observa que o capital cultural constitui o elemento da bagagem familiar que teria o maior impacto na definição do destino escolar. A posse de capital cultural favorece o sucesso escolar porque propiciaria um melhor desempenho nos processos formais e informais de instrução e de avaliação.

Nesse sentido, a discussão das articulações e normas de matrícula é relevante para esse estudo, pois estabelece limitações e possibilidades para a ação das famílias e das escolas e, conseqüentemente, para a distribuição do alunado entre as instituições. Em outras palavras, essas regras podem condicionar a ação da demanda e da oferta e, conseqüentemente, influenciar a aceitação ou a segregação escolar.

A proposta é lançar mão de estudos que analisam os procedimentos de matrícula e como eles se concretizam com as diferentes regras de ingresso do alunado na Educação Infantil e como se dá a relação escola e família no momento ingresso da criança, isto é, abordar a importância de como as variáveis são capazes de interferir em menor ou maior grau para o nível de desigualdade escolar.

A palavra “escolha” denota desejo e livre iniciativa, no entanto quando as famílias desejam e escolhem em qual estabelecimento de ensino irão realizar a matrícula, alguns fatores como renda e classe social ainda são determinantes para a trajetória escolar das crianças, compondo um sistema de ensino dual e excludente.

Na sociedade francesa, o que por extensão se aplica também à sociedade brasileira, cabe aos grupos mais favorecidos a escolha ativa na busca pelo “melhor” para seus filhos, revelando que a escolha varia de acordo com o grupo social. “Há, portanto uma ‘hierarquia social das escolhas’ que distingue uma ‘minorité choisissante’ de uma maioria – geralmente composta pelas famílias dos meios populares – ‘para quem a livre escolha da escola permanece largamente teórica’.” (HÉLAN, 1996, p. 7 apud NOGUEIRA, 1998, p.48)

Considerando que as famílias não são iguais, cabe indagar: Quais são as normas estabelecidas pelas escolas para escolher as famílias e seus filhos? Quais os procedimentos para conseguir vaga na unidade desejada? Simultaneamente, em situações de maior demanda do que oferta, como as escolas definem os critérios de acesso? Como são recebidas as famílias que ingressam na instituição? Quais ações a escola propõe com o intuito de acolher essas famílias?

Um dos instrumentos utilizados para o levantamento de informações sobre a história de vida da criança, atual e pregressa, é um roteiro chamado de anamnese<sup>3</sup>, que conforme Houaiss (2004, p.203), significa “lembrança pouco precisa; reminiscência, recordação”.

Entrevistar os pais ou responsáveis pode e deve fazer parte de todo processo para entender diversos aspectos do desenvolvimento da criança. Atentar ao discurso utilizado pela família é importante para se dar início às interrelações destas com a instituição escolar, sendo a entrevista o melhor instrumento para isso. Thiollent (1987) apresenta uma visão sociológica da questão referente a tal instrumento, enfatizando que o entrevistador não está imune à tendência de nortear os resultados em razão de seus conceitos pessoais e profissionais e chamando a atenção para a questão da neutralidade científica.

Podemos dizer que tais práticas exercidas pela escola (entrevista e anamnese<sup>4</sup>) podem ser vistas com o intuito de documentar o que se acredita que seja a criança enquanto objeto visível. Nessa perspectiva, destaco o que assegura Corazza (2001, p. 47), de que, na escola, “o que a professora observa de perceptível na criança está enquadrado nas categorias, etapas,

---

<sup>3</sup> A anamnese é um termo oriundo da medicina e muito utilizado também na psicologia. Na educação infantil, quando do ingresso da criança, tem se chamado de anamnese a investigação, junto aos responsáveis, geralmente por meio de entrevistas, aspectos físicos, psicológicos e afetivos da criança, dentre outros, enfim, como são suas experiências e vivências, bem como fazer o levantamento de possíveis problemas de saúde e/ou psicológico que a criança possa apresentar. Junto à criança, geralmente são utilizados jogos, desenhos etc para verificar as formas de expressão verbal, corporal e criadora que utiliza, a organização do pensamento, sua autonomia e sociabilidade.

<sup>4</sup> Estes documentos encontram-se nos anexos.

níveis, ordens, estabelecido pelo *a priori* essencial dos enunciados”. Justifica-se, então, o registro da habilidade intelectual infantil naquela idade, e posteriormente há de se encontrar na Pedagogia<sup>5</sup> ou na entrevista da família os indicadores técnicos das práticas exercidas no ingresso dos alunos.

Bourdieu e Passeron (1970, p.190) caracterizam que a escola e sua estrutura, em decorrência da entrada das camadas populares na escola, são apresentadas à sociedade como uma oportunidade de ascensão social, ou um meio, um caminho para isso. Mas, em uma sociedade como a capitalista, em que a desigualdade faz parte da estrutura social, a própria escola encontra meios de manter a seletividade como, por exemplo, com a desvalorização dos diplomas com o passar do tempo. A escola substitui progressivamente as desigualdades de acesso ao ensino pelas desigualdades de domínio dos currículos para manter sua função social de reprodutora social:

Eis porque a estrutura das oportunidades objetivas da ascensão pela Escola condiciona as disposições relativamente à Escola e à ascensão pela Escola, disposições que contribuem por sua vez de uma maneira determinante para definir as oportunidades de ter acesso à Escola, de aderir às suas normas e de nela ter êxito, e, por conseguinte as oportunidades de ascensão social. (BOURDIEU; PASSERON, 1970, p.190),

Neste cenário, prestigia-se de que parte da sociedade o indivíduo pertence, efetivando mais uma vez as desigualdades, a seleção de acordo com a posição social.

Sayão (2005), por sua vez, nos faz refletir a escola que passou para a lista de bens de consumo e os pais passaram a ser tratados e a se reconhecerem como consumidores ou clientes, e aquele que compra um produto deseja ficar satisfeito e quer ter razão.

---

<sup>5</sup> É interessante destacar o dito por Hardt (2004, p.121) quando afirma que: “a soberba da Pedagogia hoje está em imaginar ser possível controlar as perguntas, as dúvidas e as inquietudes [dos/as professores/as] através da lógica do manual, da apostila, da bibliografia, bem selecionada”, procurando (entre outras ações) “capturar” a criança em seus quadros teóricos, para melhor conhecê-la e governá-la. Reitero que tal soberba da Pedagogia é “informada” pela contribuição de discursos de outros campos, como Psicologia, Medicina, etc.

## **SEÇÃO 2. METODOLOGIA**

Nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos e os instrumentos utilizados na presente pesquisa, tanto na coleta quanto na análise dos dados. Também será apresentada uma breve descrição das instituições e do perfil das entrevistadas.

### **2.1. Procedimentos e instrumentos**

No contato do pesquisador com as escolas, foram agendadas as entrevistas de acordo com a disponibilidade do gestor pedagógico.

A pesquisa realizada teve um caráter do tipo qualitativo por analisar a função e as relações interpessoais das práticas de coordenação pedagógica exercida pelo gestor escolar sendo ele coordenador pedagógico ou diretor, junto às famílias dos alunos. Tomando como campo de pesquisa duas escolas de EI no interior de SP, foram analisados os procedimentos realizados durante o processo de matrícula, assim como os instrumentos utilizados para sondagem dos alunos e entrevistas com as famílias. Os sujeitos envolvidos foram uma coordenadora pedagógica de uma escola privada e uma diretora de creche municipal, já que na instituição a função de receber as famílias no ingresso dos alunos é feita pela direção da escola.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, que é uma das técnicas de trabalho mais usadas nas ciências sociais e humanas em pesquisas desse tipo. Foi escolhida por ser uma técnica vantajosa, em função de permitir a captação imediata da informação desejada sobre os mais variados tópicos. Ela permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam eficaz na obtenção das informações desejadas (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Para tanto foi elaborado um roteiro de entrevista com a intenção de conhecer, através das respostas das participantes, como a escola atua para receber os alunos e as famílias que pretendem ingressar na instituição, haja visto que inúmeros fatores internos e externos modificam tal procedimento.

As entrevistas foram realizadas nas próprias escolas, sendo elas áudio-gravadas e transcritas. Também, foram coletadas informações para identificar características do contexto escolar e seu entorno. Considero que dificilmente conseguiria detectar e retratar uma forma de organização escolar com suas posturas, vícios, problemas e incertezas sem um olhar interno sobre a instituição que, em especial, este tipo de pesquisa me favoreceu, e ao mesmo tempo, executar o distanciamento necessário ao pesquisador.

Embora tenham sido aventadas duas hipóteses, não se pretendeu testá-las para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção era que servissem de baliza para a compreensão dos dados de modo a contribuir para a construção de conhecimentos existentes sobre os temas investigados.

O processo de categorização dos dados coletados em campo foi devidamente organizado em eixos temáticos por meio do agrupamento de características comuns presentes nos relatos dos participantes da pesquisa e analisados considerando o referencial teórico levantado. Assim, as categorias elaboradas de acordo com as respostas dadas pelos sujeitos são: estratégias e procedimentos utilizados na matrícula; a relação família e escola; o exercício da gestão pedagógica na educação infantil; o início na educação infantil.

Com relação ao tipo de análise podemos atentar ao estudo de Foucault (1986) em que o autor afirma que é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar.

Os relatos das gestoras, embora não sendo os únicos recursos, são a condutora fonte de informação para a construção desta pesquisa, sendo a base para a discussão e reflexão dos aspectos elencados neste estudo.

## **2.2. Descrição das instituições**

A pesquisa de campo se deu em um município no interior de São Paulo. Sua população, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) é de 233.744 habitantes. A cidade está entre as mais desenvolvidas do Brasil em termos de qualidade de vida, renda, educação e saúde. A educação infantil no município é oferecida em creches e pré-escolas, sendo 42 unidades de educação infantil pública denominada Centros de Educação e Recreação (CER) que atendem crianças de 0 a 5 anos de idade moradores da zona urbana e rural do município. Quanto às escolas privadas, são 32 instituições que atendem as crianças do município e região na educação infantil.

Foram selecionadas duas escolas que atenderam aos seguintes critérios:

- a) Uma sendo escola da rede privada de ensino e outra da rede pública;
- b) Pertencer à mesma cidade;
- c) Oferecer a etapa de Educação Infantil;

- d) Dispor de autorização, da direção da escola, para a realização da coleta de dados junto.
- e) Obter o consentimento pessoal do coordenador pedagógico/diretor para participar da pesquisa.

Na instituição privada, o acesso para realização de pesquisa é difícil. Sendo assim, o critério utilizado foi conversar com uma pessoa do meio profissional do pesquisador que aceitou participar do trabalho de pesquisa, sendo ela coordenadora pedagógica na Educação Infantil. Na escola pública, a diretora aceitou participar com a condição de que a Diretoria de Ensino autorizasse o trabalho. Durante a realização da pesquisa a escola pública municipal não dispunha de CP<sup>6</sup>, ficando somente a cargo da diretora entrevistada todas as competências exercidas na gestão.

O quadro abaixo apresenta o número de matrículas na Educação Infantil em 2017 no município.

**Quadro 1. Matrículas na educação infantil: escolas públicas e privadas**

Educação Infantil			
Pública		Privada	
Creche	Pré-escola	Creche	Pré-escola
5.748	4.454	1.062	961
Total 10.202 alunos		Total 2.023	

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

#### *Caracterização da escola pública*

CER da rede de Educação Municipal, situada em um bairro periférico da zona leste da cidade. De acordo com o projeto pedagógico da escola, sua prioridade é a “Formação Integral para a criança”, com base na Legislação Federal e Municipal. Nos turnos matutino e vespertino atende as crianças de 0 a 5 anos com 17 turmas no total. O critério para agrupamento das crianças é, conforme estabelecido por Lei Federal, à idade. A grande procura pela escola se dá pelos alunos que moram próximos a ela cujas famílias,

<sup>6</sup> A inserção de coordenador pedagógico nas escolas de EI do município passa a acontecer a partir do final do ano de 2017. Segundo a Secretaria da Educação será um profissional para cada três unidades.

predominantemente, possuem baixo poder aquisitivo. As famílias na sua maioria terminaram o Ensino Médio. A escola possui infraestrutura como: berçário, parque infantil, cozinha, alimentação, internet, impressora, TV, DVD, retroprojetor. (Dados do Censo Escolar 2017).

#### *Caracterização da escola privada*

Na instituição privada, a maioria da clientela reside em casa própria, condomínio fechado ou apartamento. Atende alunos de uma comunidade formada por famílias da classe média e classe média alta. Os pais na sua maioria possuem formação superior. O Colégio atende os alunos desde a educação infantil ao curso pré-vestibular, no período parcial, com três prédios distintos para cada etapa de formação. As instalações onde se encontra a educação infantil dispõem de um parque infantil, pátio coberto, brinquedoteca, sala de informática e uma horta. A escola possui várias alas interligadas por corredores onde se situam diversas salas e espaços definidos para os diferentes atendimentos.

### **2.3. Perfil dos sujeitos de pesquisa**

#### *A gestora da escola pública*

Esta diretora possui uma característica peculiar, já que antes de assumir o cargo na direção já fazia parte do corpo docente da escola, conhecendo os grupos (principalmente os do período em que lecionava) e estando presente nos diversos espaços. Assumiu o cargo por intermédio de eleição no conselho de escola, sendo designada para a atual função, já que a outra diretora foi direcionada para trabalhar na diretoria de ensino, portanto assumia o cargo como interina. Ela possui uma história significativa nesta instituição, pois atua nesta unidade como professora há mais de 25 anos e atuava auxiliando sempre a diretora em suas funções, tanto pedagógicas como administrativas, permanecendo sempre em seu lugar quando a mesma estava de férias. Pelos fatos e situações expostas, assim que o cargo de diretora ficou vago, convidou-a a atuar em seu lugar. Nesta unidade a diretora não conta com um profissional para exercer as funções de coordenador pedagógico, sendo ela mesma quem conduz todos os assuntos relacionados às práticas pedagógicas com as famílias de alunos que ingressam na educação infantil.

#### *A gestora da escola privada*

A segunda entrevista foi realizada com a coordenadora pedagógica, também com vasta experiência como professora na educação infantil, já tendo lecionado neste mesmo colégio

antes de assumir o cargo como coordenadora pedagógica. Trabalha atualmente na coordenação da Educação Infantil e do 1ª ano do Ensino Fundamental, sendo a responsável por atender a todas as famílias, alunos e professores. Por meio de entrevista com a coordenadora, foram obtidos os dados a respeito de sua trajetória profissional. Também com 25 anos de atuação na área educacional, sendo que oito destes anos foram dedicados à gestão. Em sua trajetória, atuou anteriormente como professora nesta mesma unidade particular, voltando anos depois (agora) para assumir a coordenação pedagógica, sendo ela responsável a conduzir todos os assuntos relacionados às práticas pedagógicas com professores e com as famílias de alunos que ingressam na educação infantil.



### SEÇÃO 3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Através do diálogo, refletindo juntos sobre o que sabemos e não sabemos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade (SHOR; FREIRE, 1986).

Apresentarei a seguir os dados coletados nas entrevistas por meio de sua sistematização e devidamente analisados seguindo as categorias elaboradas, aqui também designadas de núcleos temáticos, a saber: Estratégias e procedimentos utilizados na matrícula; A relação família e escola; O exercício da gestão pedagógica na educação infantil; O início na educação infantil.

Mas antes, vejamos o que pensam os gestores sobre os objetivos da educação infantil.

**Quadro 2. Pergunta e resposta sobre a educação infantil**

Pergunta	Resposta escola pública	Resposta escola privada
<b>Principal(is) objetivos da Educação Infantil</b>	Atendimento global. Cuidar e educar.  Diretrizes Curriculares.	Conceitos, valores, comportamento, postura, regras, conteúdos, coordenação motora.

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

Pode-se observar que faltou às gestoras explicitarem melhor o seu entendimento em relação à educação infantil. De todo modo, podemos inferir um alinhamento maior da gestora da escola pública aos referenciais e diretrizes curriculares para a educação infantil (atendimento global, cuidar, educar). A gestora da escola particular mostrou dois tipos de preocupação: com conceitos, conteúdos e coordenação motora de um lado e com comportamento, postura, regras, valores de outro.

Apesar das diferentes respostas, vale notar que nenhuma delas lembrou-se de destacar, conforme preconizam documentos oficiais orientadores, a educação infantil como direito da criança, a importância da brincadeira e do lúdico como forma de aprendizagem, a formação de vínculos afetivos, a interação e a socialização para o desenvolvimento infantil. Também relação da escola com as famílias que a educação de crianças pequenas, em especial,

demanda, não foi mencionada. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/DCNEI/2009). No entanto, essas preocupações aparecem no decorrer das entrevistas.

### 3.1 Estratégias e procedimentos utilizados pela escola no ingresso dos alunos

A proposta inicial estabelecida como direcionamento foi a de analisar os procedimentos e materiais que as gestoras dispõem para efetivar a matrícula das crianças, possibilitando compreender o olhar e a importância que as instituições exercem para esses novos integrantes e suas famílias.

**Quadro 3. Perguntas e respostas sobre os procedimentos de matrícula**

Pergunta	Resposta escola pública	Resposta escola particular
<b>Os alunos que ingressam na Educação Infantil passam por algum tipo de seleção? Se sim, qual (is)?</b>	Não vê como seleção. Oferece as vagas por ordem de procura e não consegue atender a todos.	Não vê como seleção. Faz sondagem não classificatória.
<b>No ato da matrícula, é realizado algum tipo de procedimento com a família do aluno ingressante? Se, sim, qual?</b>	Sim, uma entrevista para conhecer o histórico de saúde das crianças e uma ficha de autorização dos pais/responsáveis para passeios e imagens.	Sim, realizamos uma entrevista para conhecermos as características das famílias, com tudo que consideramos importante para o trabalho das professoras que vão lidar com essa família e com essa criança.
<b>O aluno ingressante passa por algum tipo de sondagem? Se sim, qual? Há material impresso?</b>	Não passa por nenhum tipo de sondagem.	Sim, a sondagem é o material impresso preparado com ajuda de outros profissionais, um psicólogo inclusive; trata-se da observação de comportamento de suas facilidades, agilidades, coordenação motora...

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

A respeito do processo seletivo das crianças, a gestora da escola privada diz o seguinte:

*“Sim, na verdade não sei se o nome seria seleção. Fazemos uma sondagem com as crianças que ingressam na escola, essa sondagem não é classificatória, não é para medir conhecimento. É primeiro para estreitar laços e conhecer um pouco essa criança, claro saber o que ela já traz. Então depende em que nível, em que idade, se ela sabe escrever o nome, se ela já reconhece algumas letrinhas, como que é a relação dela com a família, o que ela faz em casa, é conhecer essa criança que eu vou receber durante aquele ano, durante a vida escolar na educação infantil”.* (gestora da escola privada)

Já, o relato da gestora da escola pública é o seguinte:

*“Eu não vejo como uma seleção, os pais têm um período certo de fazer as matrículas novas, né, e a gente oferece as vagas pela nossa quantidade de vagas. Para vaga de período integral a seleção é que a mãe tem que estar trabalhando. Nós temos uma distribuição de rede física (uma creche em cada bairro), o objetivo do município é atender todas as crianças”.* (gestora da escola pública).

Nas escolas pesquisadas, os procedimentos de matrícula e o estabelecimento dos primeiros laços com as famílias são realizados pelos gestores. A prática de entrevista com os responsáveis dos alunos que ingressam na Educação Infantil acontece em ambas as escolas. As entrevistas são realizadas no ato da matrícula, quando as escolas procuram conhecer o histórico de saúde das crianças e obter autorizações para eventuais passeios e imagens. Tanto uma quanto a outra fazem, então, uma espécie de anamnese. Porém, na instituição privada a entrevista vai um pouco além, levantando características, tais como a rotina familiar, o desenvolvimento intelectual e social da criança, se/como/quando ela é repreendida pelos pais, se a família incentiva à leitura, ou seja, conhecer a criança no detalhe, com a intenção de qualificar o atendimento prevenindo assim possíveis contratemplos que podem vir a acontecer. Diante de todas essas informações consideradas importantes para a escola pode-se assim individualizar cada uma de acordo com suas peculiaridades. No entanto, há algo em comum na operacionalização do processo de organização escolar: o início, já na educação infantil da utilização das informações para compor, no interior de cada escola, o que Varela (2000) chama de círculo de disciplinarização dos saberes e dos sujeitos.

Os saberes pedagógicos são o resultado, em boa parte, da articulação dos processos que levaram à pedagogização dos conhecimentos e à disciplinarização interna dos saberes. Estas classificações e hierarquias de sujeitos e saberes costumam, em geral, ser aceitas como algo dado, como naturais, razão pela qual seu reconhecimento contribui para aprofundar sua lógica de funcionamento. A pedagogia racionaliza, em geral, uma certa organização escolar e certas formas de transmissão sem questionar nunca a arbitrariedade dessa organização, nem tampouco o estatuto dos saberes que são objeto da transmissão. (VARELA, 2000, p.93).

Prosseguindo a análise, é interessante constatar que, no momento da matrícula das crianças na educação infantil, somente a instituição privada faz uso de sondagens para o ingresso dos alunos. Segundo o relato da gestora, o material de sondagem foi desenvolvido com a ajuda de um psicólogo com o intuito de observação de comportamento, facilidades, agilidades, coordenação, entre outros. Este procedimento é realizado pela coordenadora ou por uma auxiliar com formação em pedagogia. Tendo em vista que a educação infantil necessita de um olhar diferenciado, por tratar-se do alicerce da aprendizagem, tal procedimento pode ser visto de maneira positiva se realizado para compreensão e entendimento do contexto onde a criança está inserida. Mas pode servir também para discriminação e rejeição de algumas crianças. Assim, é preciso refletir sobre a interpretação destes instrumentos e os encaminhamentos pedagógicos posteriores, para além de sua elaboração e aplicação.

Quanto à escola pública, embora o ingresso na educação infantil seja garantido por lei, à gestora declarou que não é possível oferecer vagas a todos, o que é um problema que foge a sua alçada.

### **3.2 A relação escola e família**

Pensar em famílias ativas com a rotina escolar é o ideal de todos os cenários. Mas na prática, nem sempre é assim. E a culpa não é, necessariamente, dos responsáveis. Para Silva (2010) a cultura autoritária ainda existente no Brasil dificulta práticas de relacionamentos no interior da escola. Portanto, o papel que a escola possui na construção dessa parceria é fundamental,

devendo considerar a necessidade da família, levando-as a vivenciar situações que lhes possibilitem se sentirem participantes ativos nessa relação.

**Quadro 4. Perguntas e respostas sobre a relação escola-família**

<b>Pergunta</b>	<b>Resposta escola pública</b>	<b>Resposta escola particular</b>
<b>Há alguma preocupação especial com os alunos e os pais de alunos que nunca frequentaram escola antes, iniciando na Educação Infantil? Se sim, qual?</b>	Sim, o período de adaptação que se fizer necessário pode ser estendido.	Sim, isso acontece com as crianças pequenas onde o nosso carinho, acolhida, a brincadeira e o lúdico tem que ser ainda maior, diferenciado. A adaptação deve ser gradativa, eu preparo uma sala para acolher a família enquanto eu trabalho com as crianças na adaptação.
<b>A escola procura conhecer e interagir com as famílias dos alunos? Se sim, como faz isso?</b>	Sim, na reunião pedagógica e no dia a dia, qualquer fato diferente os professores comunicam aos pais e vice-versa, pedimos aos pais que nos avisem sobre qualquer fato.	Sim, inicialmente durante a entrevista com a família, nas reuniões, nas festividades, nos atendimentos individuais e também com o projeto chamado “Leitor misterioso” que desenvolvemos justamente com este intuito.
<b>As famílias dos alunos costumam participar da vida escolar de seus filhos? Como? Em quais momentos? A escola incentiva essa participação? Como?</b>	Nas reuniões tiramos as dúvidas da família, temos 50% de participação e se o professor achar necessário conversar, liga-se para o responsável e essas reuniões em particular são registradas em atas.	90% das famílias participam da vida escolar de seus filhos; após 20 dias do início das aulas agendamos atendimentos individuais para atender os pais juntamente com a professora.
<b>Em sua opinião, há uma relação de diálogo com os alunos? E com os familiares? Se sim, como</b>	São crianças pequenas e o contato com a família é necessário e é realizado como disse anteriormente.	Sim, sempre. Como disse anteriormente.

<b>isso acontece? Se não, o que dificulta?</b>		
<b>Caso se faça necessário que a escola entre em contato com os familiares, quem é responsável por essa mediação?</b>	A direção da escola.	Eu que entro em contato, e também faço a mediação juntamente com a professora sempre.
<b>A primeira reunião com os pais de alunos: o que foi tratado? Como foi tratado? Como foi a frequência dos pais?</b>	Tudo, regras (entrada, saída, permissões...). Na primeira reunião a frequência é maior, cerca de 80%.	Todos os assuntos específicos para o andamento das atividades escolares. Nas reuniões a participação é de quase 100%.
<b>As famílias dos alunos quanto a tipos de constituição familiar, ocupações, escolaridade e renda média.</b>	As famílias são de classe média baixa, a constituição familiar é a mais diversa possível. Quanto à escolaridade, a maioria tem somente o primeiro grau, pais com curso superior dão pra contar nos dedos.	A maioria das famílias possui curso superior e uma parcela delas cursos de pós-graduação; em relação às ocupações hoje temos uma mistura, temos mãe secretária, dentista, médico, existe uma diversidade em relação a cargo, a função. A constituição familiar vem mudando muito, e a gente vê que as relações hoje são bem difíceis, como eu atendo as famílias, porque tudo reflete na escola. Hoje 60% ainda são pai e mãe, uma parcela dela mudou muito.
<b>O envolvimento das famílias nas atividades da escola e na vida escolar dos filhos.</b>	Eles são participativos nas festinhas, envolvimento Dia das Mães, festa junina e eles esperam o ano todo pela formatura.	Eu tenho muita assiduidade, adesão quase que total das famílias durante todo o ano.

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

É importante dizer que ao iniciarmos as entrevistas com as gestoras solicitamos que opinassem sobre a relação da família com a escola. Dessas opiniões, destacamos as seguintes falas:

*“A família gosta de ver o professor, de saber como foi esse começo, oferecer ajuda e pedir ajuda em relação às tarefas de casa, como proceder e isso é muito bom porque eu vou estreitando um diálogo e uma liberdade da família de se aproximar da escola e entender que nós estamos próximos. Não são todas as famílias que vêm para esse encontro, que dizem está tudo bem. Não posso ir porque estou ocupado, trabalhando e etc... Agora se eu precisar comunicar algum desconforto com o aluno, algo importante eu ligo e digo que preciso da presença de um responsável na escola, mesmo que seja um horário oposto ao de aula do professor, aí elas vêm. Porque se não for assim a gente não consegue caminhar”.* (gestora da escola privada)

*“Nossas crianças faltam muito e, às vezes, você faz uma reunião pedagógica e o pai vem brigar aqui porque não tem onde deixar a criança. Nós temos um planejamento, mas eles (os pais) parecem não dar importância, as tarefas que mandamos para as crianças, não fazem, não dão importância, parece que só mandam o filho pra escola quando a mãe precisa fazer faxina. Claro que temos famílias participantes e que se preocupam, portanto temos N famílias N situações e N convívios”.* (gestora da escola pública)

A própria busca pela escola (pública ou privada) já demonstra uma ordem econômica e social que seleciona famílias e suas crianças. É notório o maior interesse da escola privada na aproximação com as famílias, inclusive para manter a clientela em seus bancos. Podemos deduzir também, pelo depoimento da gestora, que família e escola falam a mesma linguagem e compartilham semelhantes valores.

Já, a gestora da escola pública apresenta certo descontentamento acerca das famílias que, segundo ela, não demonstraram reconhecimento sobre o valor da escola para os filhos, como se a etapa da educação infantil fosse algo sem muita importância na vida das crianças.

É interessante a inversão das perspectivas. Para a gestora da escola privada, as famílias gostam de participar, de se envolver com os assuntos da escola, embora algumas famílias não participem tanto. Já, para a gestora da escola pública, os pais parecem não dar tanta importância para a escola, embora haja algumas famílias participantes.

A escola é um dos espaços sociais que possui maior influência sobre as crianças; por isso é importante pontuar que todo cidadão tem direito à educação, o que é contemplado e garantido pela CF/88 e pela LDB/96. Além da escola de educação infantil ser um dos meios de socialização mais imediato para as crianças, logo após a família, sua função vai muito além, pois é uma instituição de caráter educativo que visa garantir a aprendizagem e o desenvolvimento infantil a partir de propostas pedagógicas de acordo com as diferentes faixas etárias, rompendo com a visão de uma instituição assistencialista.

Para entendermos as questões relativas ao envolvimento entre famílias e instituições educativas, não podemos nos esquecer de que elas são instituições construídas historicamente e que não ficaram imunes às mudanças sociais. A articulação família-escola é a responsável pela constituição de sujeitos com papéis distintos, complementando-se na formação do ser humano. Para Piaget,

(...) uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, a muita coisa além de uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais e ao proporcionar reciprocamente aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (2007, p. 50).

Apesar dessa relevância, cada vez mais vemos aumentar problemas e conflitos gerados pelas divergências acerca de suas funções.

Pode-se observar no discurso de ambas as gestoras que em nenhuma das instituições de educação a participação dos pais e responsáveis é de cem por cento. No entanto, é importante ressaltar aqui mais uma vez que as condições econômicas das famílias são opostas, sendo que este trabalho contempla tal diferença de realidade social.

Almeida (2017) em artigo sobre as desigualdades e o trabalho das escolas aponta:



Neste sentido, [...] atender a determinados grupos sociais e não a outros são fatores que influenciam enormemente na atuação da escola (as atividades que podem desenvolver, como vê potencialmente o público atendido e, assim, o que dele espera), a predisposição da população em relação ao trabalho da instituição (a proximidade com o modelo escolar, o valor atribuído a sua função social e o maior ou menor investimento nas atividades desenvolvidas e valorizadas por ela) e as possibilidades construídas durante a trajetória escolar dos alunos. (ALMEIDA, 2017, p.379)

Mesmo que este trabalho não se aprofunde na análise das diferentes realidades sociais das famílias, pode-se inferir que a família da escola pública tem maiores dificuldades de atender aos chamados da escola, seja pelo rígido horário de trabalho, pela locomoção até a instituição ou por questões de tipos de ocupação que dificultam a sua participação.

Nas escolas pesquisadas encontramos a prática da reunião inaugural, que segundo as gestoras é a reunião que conta com a maior frequência de pais e responsáveis, sendo como pauta do evento o trato de assuntos específicos para andamento das atividades escolares, como horários, normas e apresentação das respectivas professoras. Percebe-se nessas reuniões uma relação vertical escola-família, em que esta última é chamada a “ouvir” sobre a organização da escola, mas não a opinar sobre ela.

Conscientes das diversas possibilidades e formas sobre as quais a relação entre família e escola pode acontecer, constatamos que uma das práticas por parte da instituição particular se diferenciou da instituição pública. A gestora prepara uma sala de acolhimento aos pais, ou seja, na primeira semana de aula os pais que quiserem e puderem permanecem na escola para acompanhar o processo de adaptação. Durante a coleta de dados pudemos acompanhar um destes dias: as professoras interagem com as crianças levando-as para perto dos pais a cada atividade, para que se sintam seguras e estabeleçam relação de confiança com a professora.

Este tipo de acolhimento possibilita várias situações de interação, de envolvimento, tanto para as famílias dos alunos que estão ingressando quanto para as professoras e funcionários da escola que estão envolvidos no trabalho de acolher as crianças. O objetivo é o de proporcionar aos pais a possibilidade de acompanhar a adaptação dos filhos. Cuidado semelhante não foi observado na escola pública onde, segundo a gestora, há uma grande preocupação de que professores e pais comuniquem a ocorrência de “qualquer fato diferente”. Os pais são chamados apenas “se o professor achar necessário conversar”, ocorrendo então

reuniões particulares. Observa-se, ainda, a preocupação burocrática (maior, talvez, do que a preocupação com o próprio bem-estar da criança) de que tais reuniões sejam “registradas em ata”. Subentende-se que seja para que a escola se documente, prevenindo-se contra futuras cobranças futuras, seja dos pais, seja do sistema escolar.

As duas escolas promovem festividades para as quais os pais são convidados a participar, mas somente a instituição privada realiza projetos no decorrer do ano com a intenção de envolver os pais na vida escolar das crianças. A gestora relatou sobre um projeto intitulado “Leitor Misterioso”, em que, uma vez na semana, alguém da família de uma das crianças vai à escola para contar uma história aos alunos da sala, sendo surpresa para as crianças.

Embora na escola privada as atividades sejam mais elaboradas, e demonstre uma maior preocupação com a relação escola-família, normalmente, nas duas escolas, os pais participam somente nos dias das festas e eventos. Sua participação se resume a olhar os trabalhos dos filhos e comparecer nas atividades desenvolvidas pela equipe escolar, não participando anteriormente da organização.

### 3.3. O exercício da gestão pedagógica na educação infantil

Ao gestor cabe o desafio de fazer a tarefa pedagógica na escola funcionar como interlocutora interpretativa das teorias implícitas nas práxis, e ser o mediador a fim de estreitar o relacionamento com os responsáveis. O gestor pedagógico precisa ter clareza dos seus propósitos e objetivos e um espaço de autonomia profissional que viabilize a realização de um bom trabalho. O diálogo é um fator importante na relação família/escola (PARO, 2006). Entretanto, para que isto aconteça é necessário que os pais e/ou responsáveis sintam-se valorizados pela escola.

**Quadro 5. Perguntas e respostas sobre o exercício das gestoras**

Pergunta	Resposta escola pública	Resposta escola particular
<b>Quais são os critérios para organizar as turmas?</b>	Por faixa etária, gênero e número de alunos em período integral, porque temos educadores que ficam no período da manhã e tarde.	Por faixa etária, equilibrar por gênero e número de alunos por sala.

<b>Como ocorre a definição dos professores para esses novos alunos?</b>	Os nossos professores são efetivos da sala, eles só saem se eles quiserem mediante um processo de remoção.	Os professores não são efetivos da sala, trocamos a cada ano ou de acordo com a necessidade, é importante que todos conheçam todas as etapas.
<b>A equipe escolar planeja e desenvolve atividades para recepcionar os alunos no início do ano letivo? Quais?</b>	Temos a reunião pedagógica de planejamento, onde as atividades são planejadas para cada faixa etária, inclusive as atividades diferenciadas para a primeira semana de aula.	Sim, pensamos sempre em fazer algo diferente para receber as crianças, com músicas e brincadeiras, preparamos um mural receptivo para as crianças, assim como para os pais.
<b>Quem participa do planejamento das atividades? Há alguma preocupação especial com os alunos e os pais de alunos que iniciam na Educação Infantil? Em que sentido? Os professores planejam conjuntamente?</b>	Todos os funcionários participam do planejamento das atividades, e tudo já é agendado na primeira reunião.	O planejamento das atividades é feito pela coordenadora pedagógica com participação das professoras.
<b>A rotatividade e a assiduidade da equipe gestora, dos professores e funcionários.</b>	No período da manhã é o período que temos os professores mais antigos.  Quanto aos funcionários, nós temos mais rotatividade com os agentes educacionais.	Não tenho rotatividade ou muitas mudanças, a equipe docente já está conosco há algum tempo, os que não estão é porque não houve a abertura de sala ou perdeu-se alunos.
<b>A formação inicial dos professores</b>	Professores são pedagogos. Agentes educacionais possuem Ensino Médio.	Professores são pedagogos. Auxiliares são estagiárias do curso de pedagogia.

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

Exercer a gestão pedagógica na educação infantil de maneira efetiva, a fim de propiciar o desenvolvimento integral das crianças e acolher suas famílias e comunidade, é um desafio a ser enfrentado pelos gestores. Placco e Almeida (2003, p. 47) alertam que “o cotidiano do coordenador pedagógico ou pedagógico-educacional é marcado por experiências e eventos que o levam, com frequência, a uma atuação desordenada, ansiosa, imediatista e reacional, às vezes até frenética”.

Entre as inúmeras funções exercidas pelo gestor, uma delas é a seleção e a utilização de critérios para organização das turmas. Nas duas escolas, segundo as gestoras, os critérios para seleção das turmas são os mesmos: faixa etária, gênero e número de alunos. No entanto, a definição das professoras para as classes/turmas ocorre de maneira diferente. Na escola pública as professoras são efetivas da sala, ou seja, foram contratadas através de concurso público, com possibilidade de mudança somente no final do ano letivo através de um pedido de remoção. A prioridade de escolha se dá através da classificação (pontuação) por tempo de exercício na função e cursos extracurriculares. Na escola privada a gestora relata que troca às professoras de classe todos os anos, para que conheçam e vivenciem todas as etapas da educação infantil. Como se observa, ou há professoras com risco de rotinização de um trabalho repetitivo (porque não se removem), ou professoras com pouca oportunidade de sedimentar e refletir sobre suas próprias experiências (porque são trocadas de classe todo ano).

O planejamento das atividades é muito importante, partindo-se do princípio que sua execução deve ser feita por todos os atores envolvidos no caminho das práticas escolares. Segundo as gestoras, na escola pública, todos os funcionários participam do planejamento anual; na privada o planejamento fica a cargo da coordenadora e dos professores. Não há menção sobre a participação das famílias no planejamento. Se considerarmos que compartilhar a educação com a família é importante em todas as etapas da educação formal, na formação de crianças pequenas esse compartilhamento é parte inerente.

Atendimentos individuais são uma das estratégias utilizada pela instituição privada para se relacionar com os pais de alunos. No início do ano letivo a coordenadora convida os pais a comparecerem à escola valendo-se da agenda escolar da criança para fazer o convite. Todos os atendimentos individuais são realizados durante as aulas extras, período em que os alunos estão com o professor ou professora de atividades complementares como Educação Física, Inglês e Tecnologias, exceto em casos específicos por motivos de trabalho, quando a

escola se adequa para atender os pais. Cada professora e a coordenadora participam dos atendimentos para relatarem como estão se sucedendo estes primeiros dias de aula e saber das famílias como a criança está respondendo às novas experiências.

A prática de atendimentos individuais na escola pública ocorre somente quando “o professor achar necessário conversar e essas reuniões são registradas em pautas”, segundo a diretora.

Os aspectos levantados pelas gestoras pedagógicas referentes aos principais fatores que facilitam e/ou dificultam o seu trabalho são:

*“Bom, quando temos um problema que eu não consigo resolver, eu tenho liberdade e orientação para acionar a Secretaria (de Educação do Município). Esse livre acesso me ajuda. O que dificulta é o número grande de crianças pequenas e a falta de funcionários”.* (gestora da escola pública)

*“Na verdade, somos nós que fazemos o nosso trabalho, claro que um bom trabalho também depende das circunstâncias, do apoio do sistema escolar, o apoio pedagógico para te mostrar se você está no caminho certo, ter uma equipe que é participativa e comprometida facilita muito o trabalho, porque aí você consegue ter sucesso na escola e reflete em casa, sucesso com a família e aí as coisas ficam mais fáceis”.* (gestora da escola particular)

Esta pergunta feita às gestoras nos trouxe reflexões pertinentes a respeito do exercício da profissão, pois envolver os professores e as famílias na gestão, alinhando a todos para construir um trabalho de qualidade e serem reconhecidos como profissionais inovadores, competentes e aptos a lidar com suas possibilidades e limitações, é compreender e definir o difícil trabalho do gestor.

### **3.4 O início na educação infantil**

A educação infantil é uma das fases mais importantes no desenvolvimento cognitivo da criança, portanto, a participação da família valorizando os trabalhos realizados na escola e incentivando-a a usar sua criatividade por meio de recursos específicos para sua idade é

fundamental para o bom desenvolvimento de inúmeras aprendizagens. Como está expresso na LDB (Leis de Diretrizes e Bases da educação) 9394/96, art.29.:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e comunidade.

No processo escolar da criança de educação infantil, os gestores e educadores exercem a importante função de desenvolver a socialização com ética e responsabilidade, por isso, é imprescindível que escola e família sistematizem um processo educacional conjunto.

#### **Quadro 6. Perguntas e respostas sobre o início na educação infantil**

<b>Pergunta</b>	<b>Resposta escola pública</b>	<b>Resposta escola particular</b>
<b>A criança é preparada para a entrada na sala de aula? Como?</b>	Realizamos uma reunião com os pais antes de começar as aulas, pedimos aos pais que conversem com as crianças para tranquilizá-las. Na primeira semana de aula temos horário e atividades diferenciadas para adaptação, se necessário para alguma criança estendemos o tempo de adaptação.	Nós fazemos uma adaptação no início do ano, portanto, na primeira semana não existe conteúdo, somente brincadeiras, estreitamento de vínculo, e acolhimento para que a criança tenha uma adaptação tranquila na escola, se necessário para alguma criança estendemos o tempo de adaptação.
<b>Descreva a entrada na escola no primeiro dia de aula.</b>	Choro dos alunos novos e insegurança por parte dos professores.	A coordenadora recebe os pais e os alunos no portão juntamente com as auxiliares, encaminhando um a um à professora.

<b>A rotina de um dia de aula em uma classe de educação infantil.</b>	A rotina é agitada; a escola funciona com sistema de rodízio, por não possuir uma sala fixa para cada turma. As crianças têm períodos de alimentação, sono, atividades pedagógicas e o brincar.	A rotina é flexível, porém programável. As crianças têm a acolhida ao chegarem, apresentação da rotina, atividades pedagógicas, aulas extras (inglês, filosofia, tecnologia, educação física), atividades pedagógicas, lanche e brincadeiras.
<b>A assiduidade dos alunos</b>	As crianças faltam muito, tanto do período parcial como do integral.	Eu tenho total assiduidade, as crianças não se ausentam sem motivo, sem ter uma justificativa.
<b>A evasão/abandono de alunos</b>	Evasão e abandono tem sim, é pouco, mas existe.	Na educação infantil isso não ocorre.

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

Uma das questões que mais chamou a atenção nos depoimentos das gestoras foi à adaptação das crianças à escola. Ambas se referiram igualmente ao choro e ao estranhamento por ficar longe da família, da mãe em especial. Daí importância dada ao tempo menor de permanência da criança na escola durante o período de adaptação. Esse cuidado é tomado nas duas escolas, uma vez que, na primeira semana de aula, os alunos novos saem duas horas antes do horário, para que melhor se adaptem à nova rotina que está sendo criada. A gestora da escola pública complementa tais questões a respeito da adaptação nos relatando sobre a insegurança por parte das professoras que irão receber a nova turma e também por parte dos pais que, pela primeira vez, deixarão os filhos em outras mãos. As duas instituições trabalham com horários reduzidos na primeira semana de aula, podendo o período ser estendido caso a criança ainda não esteja adaptada com a nova rotina do ambiente escolar.

*“Na adaptação você prepara a criança para o cotidiano e pra uma regularidade de aula tem que ser com acolhimento, muitas brincadeiras, estreitamento de vínculo, principalmente em se tratando*

*de crianças pequenas, é isso que eles querem, é isso universo do lúdico, do brincar”* (gestora escola privada).

*“Muito choro dos novos, muita insegurança de alguns pais, embora na reunião falamos para passar segurança às crianças. Os professores também ficam um pouco inseguros, pois estão recebendo uma turminha nova”* (gestora escola pública).

Sob a perspectiva das gestoras pedagógicas, a rotina na educação infantil é agitada e flexível. No entanto, pode-se observar que as duas gestoras falam sobre a “adaptação da criança à escola” e não em “adaptação da escola à criança”. Isso revela como, desde a educação infantil, a escola é vista por seus profissionais como instrumento de ajustamento social, visão esta que persiste ao longo das demais etapas da vida escolar.

Quanto à assiduidade dos alunos, de acordo com as gestoras, a frequência das crianças é oposta.

*“As crianças faltam muito, tanto do período parcial como integral”.*  
(gestora escola pública)

*“Eu tenho total assiduidade, as crianças não se ausentam sem motivo, sem ter uma justificativa”.* (gestora escola privada).

A partir de tal análise, pode-se perceber no relato das entrevistadas que as articulações coordenadas pelas gestoras inserem ou afastam parcerias. No caso da escola pública a gestora não dispunha de nenhum projeto a fim de aproximar as famílias da escola, pois, segundo ela, as relações com as famílias acontecem através das reuniões de pais, festas comemorativas e por agendamento caso a escola queira informar algo à família.

O uso da sondagem utilizado pela instituição privada no discurso da gestora aparece como uma forma de conhecer a criança e estreitar laços. Porém é relevante esclarecer que a operacionalização de tal prática vem da vontade de observar, analisar e classificar. Conforme Corazza (2001, p.47) “o que a professora observa de visível na criança está enquadrado nas categorias, etapas, níveis, ordens, fixados pelo *a priori* essencial dos enunciados”. No entanto, a escola deve-se questionar se tal prática exercida na matrícula é relevante para o ingresso das crianças, se ela funciona ou, na verdade, é usada como forma de seleção.



As transformações na relação escola-família do cenário atual precisam acontecer, considerando as realidades que as cercam no âmbito escolar e familiar, dispondo-se da capacidade e a disponibilidade de ouvir, dialogar, tolerar e buscar parcerias estabelecendo uma trama de relações de aprendizagem na qual ora ensinamos, ora aprendemos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se delineou a partir de uma vivência na coordenação pedagógica, bem como dos estudos desenvolvidos no contexto acadêmico, de modo especial, aqueles constituídos neste curso de mestrado.

As reflexões sobre a importância das práticas de gestão e da relação que se estabelece com as famílias das crianças que ingressam na Educação Infantil é a questão chave que nos inquietou e fez repensar especialmente sobre as articulações exercidas pela equipe gestora.

Duas foram às hipóteses iniciais levantadas. A primeira foi que as regras oficiais sobre admissão de alunos estabelecem limitações e possibilidades para a ação das famílias e das escolas e, conseqüentemente, influenciam a composição do alunado nos estabelecimentos de ensino. A respeito dela, a partir das análises desenvolvidas no decorrer do trabalho, é possível dizer que as práticas de atuação não criam oportunidades para que as famílias se sintam confortáveis para ter uma participação efetiva na vida escolar. Essas práticas colocam muita ênfase em documentar dados tidos como relevantes sobre as crianças e as famílias, principalmente no que tange à saúde, sendo que conhecer a clientela que frequenta a escola, seus anseios e expectativas, por vezes, fica obscurecido. A gestão educacional é de extrema importância dentro do processo educativo e talvez repensar ou reinventar a maneira de conduzir tais ações fizesse com que as experiências vividas pela escola e sua comunidade fossem vistas de outro modo, e não o modo de governantes (a escola) e governados (as famílias).

A segunda hipótese foi que as estratégias exercidas pelo gestor para envolver as famílias quando procuram a escola, são mais de caráter administrativo, do que de caráter pedagógico, não havendo proposta específica para acolher e se relacionar com as famílias dos alunos. Quanto a ela, os depoimentos mostraram grande preocupação por parte dos gestores com os aspectos administrativos, mas não foi possível confirmar se os aspectos pedagógicos ficam em segundo plano.

Embora não tenha sido intenção desta pesquisa averiguar desigualdades sociais matrícula dos alunos, há indícios que permitem inferir que a escolha dos pais da escola pública seja mais limitada por questões econômicas, de localização, de transporte, dentre outras, do que as escolhas dos pais da instituição privada.

Não se pretende definir o papel de cada um nesse processo de modo que se aplique igualmente a todas as escolas. Entretanto é possível que através do diálogo estabelecido entre a escola e a família, chegue-se a um consenso do que seja melhor para cada realidade escolar, sendo ela pública ou privada.

Nesse sentido, a partir da análise das entrevistas, das anotações feitas como observações durante a pesquisa de campo, das conversas informais e dos documentos obtidos pelas instituições como registro do aluno ao ingressar na EI, fica explícito o quanto é importante estarmos atentos às práticas escolares, questionando-as com o intuito de saber se realmente contribuem positivamente para a formação das crianças.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L.R.; PLACCO, V.M.N.S. **O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade**. São Paulo: Loyola, 2010.
- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. (1970) **A reprodução**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999. p.71-79. Disponível em: <republicavirtual.pbworks.com/f/capitulo+Iv+bourdieu.doc>. Acesso em: 25 dez. 2018.
- BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.
- BRASIL. Lei n. 5692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 16 de outubro de 2018.
- BRASIL. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 16 de outubro de 2018.
- BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. 1994. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol\\_inf\\_eduinf.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf). Acesso em: 16 de outubro de 2018.
- BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Básica. Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil. 1994. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1136988-Por-uma-politica-de-formacao-do-profissional-de-educacao-infantil.html>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

BRASIL. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 16 de outubro de 2018.

BRASIL. Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394/1996, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm). Acesso em: 11 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.014 de 6 de agosto de 2009. Altera o art. 61 da Lei n. 9.394/1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/L12014.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/L12014.htm). Acesso em: 11 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 15 jun. 2018.

CAMPOS, M.M.M. O Conflito na escola. **Revista da Associação Nacional de Educação**. São Paulo, v.9, n.2, p.16-18, 1981.

CARDOSO, A.P. Os primeiros passos da história da educação infantil no Brasil. S/d. Disponível em:

[https://www.academia.edu/8211005/OS\\_PRIMEIROS\\_PASSOS\\_DA\\_HISTÓRIA\\_DA\\_EDUCACÃO\\_INFANTIL\\_NO\\_BRASIL](https://www.academia.edu/8211005/OS_PRIMEIROS_PASSOS_DA_HISTÓRIA_DA_EDUCACÃO_INFANTIL_NO_BRASIL). S/d. Acesso em: 18 set.2018.

CARVALHO, R.S. Discutindo a prática de seleção de alunos/as e a organização das turmas na escola de educação infantil. **Olhar de professor**, Ponta Grossa-PR, v. 11, n.2, 275-293, 2008.

CORAZZA, S. Olhos de poder sobre o currículo. In: \_\_\_\_\_ **O que quer um currículo?** pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p. 22-55.

CUNHA, L. A. O lugar da escola superior particular: contribuição para o debate. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Escola pública, escola particular e a democratização do ensino**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 119-130.

CURY, C.R.J.; NOGUEIRA, M. A. L. G. O atual discurso dos protagonistas das redes de ensino. In: CUNHA, L. A. (Org). **Escola pública, escola particular e a democratização do ensino**. São Paulo: Cortez, 1989, p.65-93.

FALSARELLA, AM. E a família como vai? **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte, v. 14, n. 84, p. 32-39, 2008.

FARIA FILHO, L. M. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. **Perspectiva**, v.14, n.2, p.1-12, 2000.

FERNANDES, J. **A relação escola e família no ensino fundamental da rede privada na perspectiva do coordenador pedagógico**. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica (PUCSP), 2016.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

GOMES, R. M. **O lugar da família na creche: os desafios na institucionalização da infância**. Dissertação (Mestrado em Educação), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), 2013.

HADDAD, L. **A creche em busca da identidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAS - Pesquisa Anual de Serviços**, 2018. Disponível em: <http://https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/servicos/9028-pesquisa-anual-de-servicos.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 11 Jul. 2018.

LIMA, J.A.; MELO, A.C. As escolas privadas e os seus clientes: estratégias organizacionais de promoção da oferta e de regulação das admissões. *Forum Sociológico*. Lisboa, n. 29, n.p., 2016. Disponível em: <http://sociologico.revues.org/1514>. Acesso em: 17 Jul. 2017.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

NOGUEIRA, M.A. Relação família-escola: novo objeto na sociologia da educação. **Paidéia**. Ribeirão Preto-SP, v. 8, n. 14/15, p. 91-103, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X1998000100008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X1998000100008&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 17 Jul. 2017.

ORSOLON, L.A.M. **Trabalhar com as famílias: uma das tarefas da coordenação.** In: PLACCO, V.M.N.S.; ALMEIDA, L.R. (Org.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola.** São Paulo: Loyola, 2010, p.177-183.

OSTETTO, L. E. **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágio.** Campinas-SP: Papirus, 2002.

PARO, V.H. **Administração escolar: introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, J.R. **A coordenação pedagógica na educação infantil: o que dizem a coordenadora pedagógica e as professoras?** Anped, 2015, n.p. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt07-3622.pdf>. Acesso em: 07 Jun. 2017.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

PIMENTA, J.C. **A relação família – escola: concepções e práticas.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Franca-SP, 2014. Disponível em:

PINTO, U.A. **Pedagogia escolar: coordenação pedagógica e gestão educacional.** São Paulo: Cortez, 2011.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RANGEL, M. **Supervisão educacional para uma escola de qualidade.** São Paulo: Cortez, 2002.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S.T.M. (Org). **Psicologia social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 99-124.

SAYÃO, R. **A difícil relação entre pais e escola.** S.O.S. Família, Equilíbrio, Folha de S.Paulo, 09 Jun. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq0906200516.htm>. n.d. Acesso em: 07 Jun. 2017.

SHOR, I.; FREIRE, P. **Medo e ousadia – o cotidiano do professor.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SILVA, M. L. S. **Participação da Família na Vida Escolar dos Filhos Segundo O Olhar dos Gestores, Familiares e Educandos: Um Estudo de Caso em uma Escola Pública da Cidade de São Paulo.** Doutorado em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2015.

SILVA, S. B. F. **A participação dos pais no ambiente escolar.** Sinop, 2010.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

TUDGE, J. The study of children and their families in context: a cultural approach to tolerance. IS "Science, Scientists and Tolerance". São Paulo, 1997, p. 5-18.

VARELA, J. O estatuto do saber pedagógico. In: SILVA, T.T. (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000, p.87-96.

ZUMPANO, V.A.A.; ALMEIDA, L.R. A atuação do coordenador pedagógico na educação infantil. In: PLACCO, V.M.N.S.; ALMEIDA, L.R. (Org.). **O coordenador pedagógico: provocações e possibilidades de atuação**. São Paulo: Loyola, 2012, p.21-36.



## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 – Roteiro para levantamento de dados

#### PARTE I – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

1. Nome da escola: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_
2. Sistema :  estadual  municipal  privado
3. Clientela:  somente Educação Infantil  Ensino Fundamental I  Ensino Fundamental II  
 Ensino Fundamental completo  Ensino Médio
4. Turnos:  matutino  vespertino  noturno  tempo integral
5. Organização: ciclos  seriação
6. N° de alunos: [        ] N° de professores: [        ] N° de componentes da equipe gestora: [        ]
- N° de funcionários de secretaria/auxiliares: [        ] N° de funcionários de apoio: [        ]
7. N° de salas de aula [        ] N° de turnos [        ] N° turmas [        ]
8. Salas de apoio: sala de leitura  laboratório de informática  outras/quais: \_\_\_\_\_
9. Horário complementar de trabalho docente: Não há  Sim, todos os professores participam   
 Sim, mas nem todos os professores participam
10. Como                    é                    composta                    a                    equipe                    gestora?  
 \_\_\_\_\_

11. No quadro abaixo, descreva a EQUIPE GESTORA quanto a:

	Tempo na carreira	Tempo no cargo/função	Situação funcional	Formação acadêmica	Tem pós-graduação? De que tipo? Em qual área?
DIRETOR					
VICE-DIRETOR /ASSISTENTE					

COORDENADOR(es) PEDAGÓGICO(s)					
ORIENTADOR(es) EDUCACIONAL(is)					
OUTROS: Quais?					

## PARTE II – DADOS ESPECÍFICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

1. Faixa etária abrangida:
2. No quadro abaixo, complete os dados referentes à EQUIPE DOCENTE da Educação Infantil

Nº total de professores	Nº de professores com 5 anos ou mais de experiência no magistério	Nº de professores efetivos	Nº de professores com formação superior: Pedagogia/Magistério	Nº de professores que participam do HTPC

3. Como os professores são admitidos?
4. No quadro abaixo, complete os dados referentes aos ALUNOS da Educação Infantil

Nº total de alunos	Nº de alunos ingressantes em 2017	Nº de alunos por estágio		

<p>5. Há uma equipe específica só para cuidar da coordenação da Educação Infantil? (no caso da escola privada) Se sim, como é composta?</p> <p>6. <b>Além dos professores de classe, há outros adultos em contato direto com os alunos? (estagiários, auxiliares de sala, professor de educação física etc)?</b></p>					

### PARTE III – A PERSPECTIVA DO GESTOR

Considerando seu ponto de vista, faça comentários sobre:

1. O bairro/região quanto a infraestrutura e equipamentos sociais.
2. A famílias dos alunos quanto a tipos de constituição familiar, ocupações, escolaridade e renda média.
3. O envolvimento das famílias nas atividades da escola e na vida escolar dos filhos.
4. A conservação / manutenção do prédio escolar.
5. A assiduidade dos alunos.
6. A evasão/abandono de alunos.
7. A rotatividade e a assiduidade da equipe gestora, dos professores e funcionários.
8. A formação inicial dos professores.
9. As orientações recebidas do sistema de ensino (no caso da escola pública).
10. Há alguma observação que deseja fazer?
11. Quais os principais fatores que facilitam o seu trabalho?
12. Quais os principais fatores que dificultam o seu trabalho?

## ANEXOS

### ANEXO 1 – Entrevista para pais/responsáveis escola privada

ENTREVISTAS COM PAIS/RESPONSÁVEIS – EDUCAÇÃO INFANTIL 2018

#### EDUCAÇÃO INFANTIL

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do aluno (a): \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Escola de origem: \_\_\_\_\_

1. Série pretendida: \_\_\_\_\_

2. Nomes:

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

3. Escolaridade/Profissão:

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

4. Os pais moram juntos? \_\_\_\_\_ Com quem os filhos residem? \_\_\_\_\_

5. Numero de filho(s) \_\_\_\_\_ Onde estudam os demais filhos? \_\_\_\_\_

6. A mãe trabalha fora? ( ) sim ( ) não

7. Quanto tempo fica fora (no trabalho)? \_\_\_\_\_

8. Quem fica com a criança quando a mãe sai para trabalhar?

9. A criança come sozinha? \_\_\_\_\_

10. Quem oferece a alimentação para a criança no lar? Ela tem dificuldades para aceitar alimentos?

11. Demonstra autonomia na hora do banho? Quem ajuda a criança?

12. Faz uso do banheiro com autonomia? \_\_\_\_\_

13. Faz uso de jogos pedagógicos? Quais? \_\_\_\_\_

14. Em casa a criança se relaciona com os amiguinhos? ( ) sim ( ) não

15. Em caso positivo como é esta relação?

16. Apresenta dificuldades em brincar e compartilhar brinquedos? Qual é a orientação do responsável?

---

17. No período em que os responsáveis permanecem em casa com a criança, qual a rotina da família?

---

---

18. Os pais (responsáveis) tem o costume de ler histórias para a criança?

( ) sim ( ) não

19. Em sua opinião, como seu (sua) filho(a) é emocionalmente:

( ) introvertido(a)      ( ) seguro(a)  
( ) extrovertido(a)      ( ) inseguro(a)  
( ) ansioso (a)      ( ) \_\_\_\_\_

20. A criança apresenta algum tipo de medo? Qual?

---

21. Normalmente se adapta bem as brincadeiras novas, situações novas ou demora mais para se adaptar? (Socialização)

---

22. Qual a postura dos pais quando a criança comete algo errado? (Manhas e birras)

---

---

23. Como seu filho (a) reage quando é repreendido?(a)

---

24. Como a família acompanha a vida escolar da criança? (tarefas, agenda escolar, festividades...)? Tem disponibilidade?

---

---

25. Na sua vida diária a criança brinca mais: ( ) sozinho ( ) com os responsáveis  
( ) com amigos ( ) com a babá ( ) outros \_\_\_\_\_

26. A família se compromete a atuar junto à escola, interagindo com a mesma para um melhor desenvolvimento intelectual e emocional da criança?

---

27. Como é o lazer de seu (sua) filho (a) ?

( ) Assiste TV/vídeos/celulares/tablets? \_\_\_\_\_

( ) Frequenta clubes

( ) Sítio/Fazenda

( ) outros \_\_\_\_\_

28. Seu filho (a) faz alguma atividade extra-escolar? Qual?

\_\_\_\_\_

29. Qual a expectativa da família em relação ao colégio, coordenação, orientador, professor e colegas de classe?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

30. A criança ainda usa fralda? Com quantos anos deixou de usar fraldas?

\_\_\_\_\_

31. Que horas a criança costuma dormir? Tem dificuldades para dormir?

\_\_\_\_\_

32. Quem coloca a criança para dormir? Existe algum ritual para este momento? Ex: cantar, contar histórias?

\_\_\_\_\_

33. A criança ainda dorme durante o dia? Quanto tempo?

\_\_\_\_\_

34. A criança enurese na cama? (xixi)

\_\_\_\_\_

35. A criança ainda toma mamadeira?

\_\_\_\_\_

36. A criança chupa chupeta?

\_\_\_\_\_

37. Com quanto tempo a criança começou a:

a) Engatinhar \_\_\_\_\_

b) Andar \_\_\_\_\_

c) Falar \_\_\_\_\_

38. Já fez teste de:

a) Acuidade visual: \_\_\_\_\_

b) Acuidade auditiva: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

39. A família concorda em receber informações do colégio via SMS e email? \_\_\_\_\_

Pai: cel: ( ) \_\_\_\_\_ email: \_\_\_\_\_

Mãe: cel: ( ) \_\_\_\_\_ email: \_\_\_\_\_

40. Os pais estão preparados para deixar a criança no portão e entregá-la a coordenadora ou auxiliar? Quais são suas expectativas?

\_\_\_\_\_

### TERMO DE CIÊNCIA

- ✓ Respeito às regras de convivência;
- ✓ Uso obrigatório dos uniformes;
- ✓ Respeito aos horários de entrada e saída

Nesta faixa etária, entendemos que as crianças estão num processo de adaptação de rotina: sono, mamadeira, mudanças de humor. Porém, os atrasos **excessivos** prejudica a criança em seu processo de aprendizagem escolar.

- ✓ Respeito aos funcionários e colegas;
- ✓ As escolhas e troca de professores ficam a cargo da direção e coordenação
- ✓ A distribuição dos alunos na sala é de responsabilidade da coordenação.
- ✓ Os atendimentos para conversa com professor (a) e coordenação serão realizados, mediante solicitação na agenda ou contato com a coordenação.

Nome do Responsável: \_\_\_\_\_

Araraquara, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

*A escola trabalha fortemente com a questão de respeito às diversidades e normas de convivência. Necessitamos do apoio da família no sentido de ajudar o educando a entender estas regras a escola.*

**ANEXO 2 – Entrevista para pais/responsáveis escola pública****ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

MODALIDADE: ( ) PRÉ-ESCOLA ( ) RECREAÇÃO ( ) BERÇARIO

EDUCADOR: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

**I. IDENTIFICAÇÃO**

Nome da criança: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Filiação:

PAI: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_ Grau de instrução: \_\_\_\_\_

Local de trabalho: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

MÃE: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_ Grau de instrução: \_\_\_\_\_

Local de trabalho: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Pais separados? Sim ( ) Não ( )



Com quem a criança reside: \_\_\_\_\_

Quem vem buscar/e ou trazer a criança diariamente? \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

## II. A VIDA DA CRIANÇA EM CASA

01 - Tem irmãos:  Sim Qts?  Não

Os irmãos frequentam o CER?  Sim  Não

Faixa etária dos irmãos? \_\_\_\_\_

02 – Como é o sono?

03 – Solicita atenção especial na hora de dormir? De que forma?

04 – Deita-se às: \_\_\_\_\_ Levanta-se às: \_\_\_\_\_

05 – Dorme em cama separada?

Quando deixou de dormir no quarto dos pais?

06 – Apresenta dificuldades no falar?

07 – Tem controle de esfíncteres durante o dia?

E durante a noite?

08 – Tem horários estabelecidos para a alimentação?

Café da manhã:

Almoço:

Jantar:

09 – Come sozinha?

a) Há algum alimento que lhe faça mal? Qual (is)?

b) Há alimentos aos quais seja alérgica?

10 – Veste-se sozinha?

Toma banho sozinho?

Chupa dedo?

Chupa chupeta? Quando?

11 – Quando contrariada qual a reação da criança?

12 – Seu filho é medroso?

Do que tem medo?

13 – Como descreveria a personalidade de seu filho?

### **III. A VIDA SOCIAL DA CRIANÇA**

01 – Prefere brincar sozinha ou com outras crianças?

02 – Com quem mais brinca?

03 – Onde brinca?

( ) – quintal

( ) – dentro de casa

( ) – jardim

( ) – praça

( ) – rua

( ) – outros

( ) – quais? \_\_\_\_\_

04 – Qual brincadeira que mais gosta?

05 – Que adultos convivem junto a criança?

06 – A criança passeia? Se sim, onde?

07 – Qual religião da família/criança?

08 – Quais as festividades / eventos que a criança não pode participar?

09 – Seu filho tem algum animal de estimação? Se sim, qual o nome dele?

10 – Seu filho tem algum apelido? Qual?

11 – Na hora de dormir tem algum objeto que prefere? Qual?

12 – Os pais autorizam a criança a participar dos passeios e eventos realizados pelo CER, durante o ano?

13 – Caso você não autorize seu filho ficara onde?

#### **IV. A SAÚDE DA MÃE**

Doenças da mãe durante a gravidez:

– AIDS

Toxoplasmose

– Diabete

Rubéola

– Sífilis

Hipertensão

– Anemia

Dependente de drogas

- Alcolismo

Outras, quais?

#### **V. PARTO**

01 – Idade gestacional:

02 – Tipo de parto:

03 – A criança apresentou algum problema ao nascer? Qual?

04 – Ficou internada?

#### **VI. SAÚDE DA CRIANÇA**

01 – Quais as doenças infantis que já teve?

– Rubéola  – Caxumba  – Sarampo

– Catapora  – Coqueluche  – Escarlatina

– Outras, quais?

02 – Toma algum medicamento de uso contínuo? Qual?

A que horas?

03 – Já fez alguma cirurgia? Quais?

A quanto tempo?

04 – Já apresentou convulsão?

Com que idade?

Já apresentou bronquite?

Com que idade?

Faz tratamento?

Qual?

05 – A criança é alérgica?

( ) – Medicamentos - Quais? \_\_\_\_\_

( ) – Areia

( ) – Pó

( ) – Sol

( ) – Pêlo de animal

( ) – Pena

( ) – Lã

( ) – Outras - Quais?

06 – Em caso de febre, qual a medicação usar?

Qual a dosagem?

07- Tem convênio médico? Qual?

08 – Qual é o pediatra da criança?

Posto de saúde?

09 – Em caso de acidente / urgência onde seu filho deve ser atendido?

10 – Seu filho já foi atendido por outros profissionais (psicológico, fonoaudiólogo, estimulação, etc...)? Quais?

Por quanto tempo?

Qual o motivo do encerramento do atendimento?

---

- assinatura do responsável –

Observações:

---

---

---

---

### ANEXO 3 – Anamnese para crianças 2 anos da escola privada

#### De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil

“Ao nascer, o bebê encontra-se em um estado que pode ser denominado como de fusão com a mãe, não diferenciando o seu próprio corpo e os limites de seus desejos. Pode ficar frustrado e raivoso quando a mãe, ou o adulto que dele cuida, não age conforme seus desejos – por exemplo, não lhe dando de mamar na hora em que está com fome. Essas experiências de frustração, quando inseridas num clima de afeto e atenção, podem constituir-se em fatores importantes de desenvolvimento pessoal, já que explicitam divergências e desencontros, momentos favoráveis à diferenciação entre eu e o outro...”

#### SONDAGEM COM ALUNOS DE 2 ANOS – INFANTIL 1

Nome da criança: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Quem acompanhou a criança (pai/mãe/responsável): \_\_\_\_\_

#### AUTONOMIA E SEGURANÇA

##### 1. PERCURSO PELA ESCOLA: **OBSERVAR:**

a. A criança é segura sem a presença da mãe ou responsável por perto?

( ) sim

( ) não

Comentários:

---

---

---

b. Expressa verbalmente sentimentos e idéias? (Com clareza na linguagem)

( ) sim                      ( ) não                      ( ) um pouco

Comentários:

---



---



---

### **COORDENAÇÃO MOTORA GLOBAL**

(Uso do escorregador e brinquedos que favoreçam a observação)

2. Executa as habilidades motoras básicas como:  
a. subir /descer /saltar/rolar

( ) sim                      ( ) não                      ( ) um pouco

(uso da brinquedoteca – brinquedos que favoreçam a observação)

3. Interage com os brinquedos de maneira curiosa e investigativa:

( ) sim                      ( ) não                      ( ) um pouco

**OBSERVAÇÕES:**

---



---



---



---



---

Nome de quem realizou a sondagem: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

## ANEXO 4 – Anamnese para crianças 3 anos da escola privada

### De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil

“Ao nascer, o bebê encontra-se em um estado que pode ser denominado como de fusão com a mãe, não diferenciando o seu próprio corpo e os limites de seus desejos. Pode ficar frustrado e raivoso quando a mãe, ou o adulto que dele cuida, não age conforme seus desejos – por exemplo, não lhe dando de mamar na hora em que está com fome. Essas experiências de frustração, quando inseridas num clima de afeto e atenção, podem constituir-se em fatores importantes de desenvolvimento pessoal, já que explicitam divergências e desencontros, momentos favoráveis à diferenciação entre eu e o outro...”

### SONDAGEM COM ALUNOS DE 3 ANOS – INFANTIL 2

Nome da criança: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Quem acompanhou a criança (pai/mãe/responsável): \_\_\_\_\_

### AUTONOMIA E SEGURANÇA

#### 4. PERCURSO PELA ESCOLA: **OBSERVAR:**

a. A criança é segura sem a presença da mãe ou responsável por perto?

( ) sim

( ) não

( ) um pouco

Comentários:

---

---

---



b. Expressa verbalmente sentimentos e idéias? (com clareza na linguagem)

**Propor diálogo**

( ) sim                      ( ) não                      ( ) às vezes

c. Demonstra autonomia e curiosidade na escolha de brinquedos?

( ) sim                      ( ) não                      ( ) um pouco

**COORDENAÇÃO MOTORA GLOBAL – PARQUE/ ARTES**

(Uso do escorregador e brinquedos que favoreçam a observação)

5. Executa as habilidades motoras básicas como:

a. sentar/ pular/ cavar

( ) sim                      ( ) não                      ( ) um pouco

b. amassar/ rasgar

( ) sim                      ( ) não                      ( ) um pouco

**ASPECTOS CONCEITUAIS – BRINQUEDOTECA – blocos lógicos/brinquedos**

a. Reconhece cores primárias:

( ) sim                      ( ) não

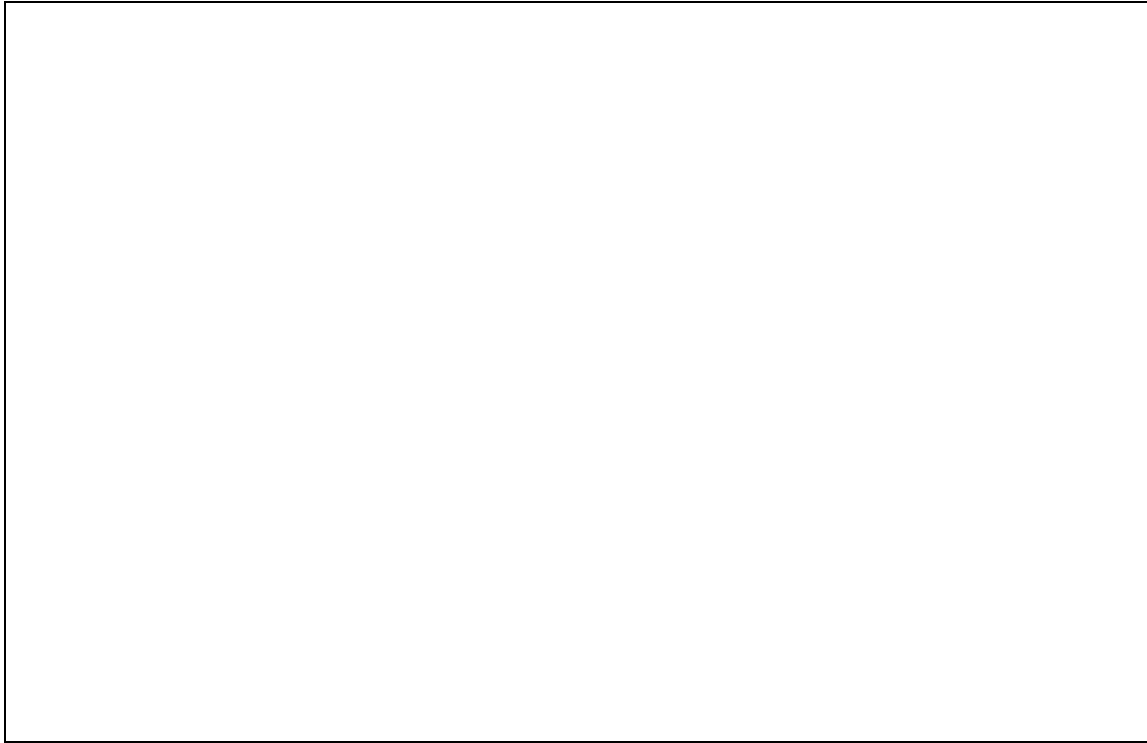
b. Diferencia grosso/ fino/ grande/ pequeno:

( ) sim                      ( ) não

b. Possui facilidade para montar brinquedos de encaixe

( ) sim                      ( ) não

**ESQUEMA CORPORAL / COORDENAÇÃO MOTORA**



**COMENTÁRIOS:**

---

---

---

---

---

Nome de quem realizou a sondagem: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

## ANEXO 5 – Anamnese para crianças 4 anos da escola privada

### De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil

“Ao nascer, o bebê encontra-se em um estado que pode ser denominado como de fusão com a mãe, não diferenciando o seu próprio corpo e os limites de seus desejos. Pode ficar frustrado e raivoso quando a mãe, ou o adulto que dele cuida, não age conforme seus desejos – por exemplo, não lhe dando de mamar na hora em que está com fome. Essas experiências de frustração, quando inseridas num clima de afeto e atenção, podem constituir-se em fatores importantes de desenvolvimento pessoal, já que explicitam divergências e desencontros, momentos favoráveis à diferenciação entre eu e o outro...”

### SONDAGEM COM ALUNOS DE 4 ANOS – INFANTIL 3

Nome da criança: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Quem acompanhou a criança (pai/mãe/responsável): \_\_\_\_\_

#### AUTONOMIA E SEGURANÇA

##### 6. PERCURSO PELA ESCOLA: **OBSERVAR:**

a. A criança é segura sem a presença da mãe ou responsável por perto?

( ) sim                      ( ) não                      ( ) um pouco

b. Expressa verbalmente sentimentos e idéias? (com clareza na linguagem)

##### Propor diálogo

( ) sim                      ( ) não                      ( ) às vezes

#### COORDENAÇÃO MOTORA GLOBAL – PARQUE/ ARTES

(Uso do escorregador e brinquedos que favoreçam a observação)

7. Executa as habilidades motoras básicas como:

a. sentar/ pular/ cavar

( ) sim ( ) não ( ) um pouco

b. amassar/ rasgar

( ) sim ( ) não ( ) um pouco

c. andar em zigue/zague

( ) sim ( ) não ( ) um pouco

#### **ASPECTOS CONCEITUAIS – BRINQUEDOTECA – blocos lógicos/brinquedos**

a. Demonstra autonomia e curiosidade na escolha de brinquedos?

( ) sim ( ) não ( ) um pouco

b. Reconhece todas as cores: (blocos lógicos)

( ) sim ( ) não

c. Diferencia grosso/ fino/ grande/ pequeno: (blocos lógicos)

( ) sim ( ) não

d. . Apresenta destreza (alinhavo)

( ) sim ( ) não

e. Consegue contar até quanto? (barrinhas de quantidade)

( ) sim ( ) não

**ESQUEMA CORPORAL / COORDENAÇÃO MOTORA**



**COMENTÁRIOS:**

---

---

---

---

---

---

Nome de quem realizou a sondagem: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

## ANEXO 6 – Anamnese para crianças 5 anos da escola privada

### De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil

“Ao nascer, o bebê encontra-se em um estado que pode ser denominado como de fusão com a mãe, não diferenciando o seu próprio corpo e os limites de seus desejos. Pode ficar frustrado e raivoso quando a mãe, ou o adulto que dele cuida, não age conforme seus desejos – por exemplo, não lhe dando de mamar na hora em que está com fome. Essas experiências de frustração, quando inseridas num clima de afeto e atenção, podem constituir-se em fatores importantes de desenvolvimento pessoal, já que explicitam divergências e desencontros, momentos favoráveis à diferenciação entre eu e o outro...”

### SONDAGEM COM ALUNOS DE 5 ANOS –INFANTIL 4

Nome da criança: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Quem acompanhou a criança (pai/mãe/responsável): \_\_\_\_\_

### AUTONOMIA E SEGURANÇA

#### 8. PERCURSO PELA ESCOLA: **OBSERVAR:**

a. A criança é segura sem a presença da mãe ou responsável por perto?

( ) sim                      ( ) não                      ( ) um pouco

b. Expressa verbalmente sentimentos e idéias? (com clareza na linguagem)

#### Propor diálogo

( ) sim                      ( ) não                      ( ) às vezes

c. Demonstra autonomia e curiosidade na escolha de brinquedos?

( ) sim                      ( ) não                      ( ) um pouco

**COORDENAÇÃO MOTORA GLOBAL – PARQUE/ ARTES**

(Uso do escorregador e brinquedos que favoreçam a observação)

9. Executa as habilidades motoras básicas como:

a. subir/ descer / escorregar / pular / corre com precisão

( ) sim

( ) não

b. Faz movimentos corporais com equilíbrio

( ) sim

( ) não

**ASPECTOS CONCEITUAIS – BRINQUEDOTECA – blocos lógicos/brinquedos**

a. Demonstra autonomia e curiosidade na escolha de brinquedos?

( ) sim

( ) não

( ) um pouco

b. Identifica todas as cores?

( ) sim

( ) não

c. Monta um quebra-cabeça com agilidade:

( ) sim

( ) não

d. Demonstra memória visual através do jogo da memória?

( ) sim

( ) não

**COMENTÁRIOS:**

---

---

---

---

---

---



**ANEXO 7 - Anamnese para crianças da escola pública****CONHECENDO VOCÊ**

1. ESCREVA SEU NOME: (Aluno escreverá)

2. O QUE VOCÊ MAIS GOSTA DE FAZER NA ESCOLA?

3. QUAIS SUAS BRINCADEIRAS PREFERIDAS?

5. VOCÊ ASSISTI TV? QUAL SEU PROGRAMA FAVORITO?

6. VOCÊ TEM ALGUM MEDO? DE QUÊ?

7. ESCREVA OS NÚMEROS QUE VOCÊ CONHECE. ESCREVA NA SEQUÊNCIA CORRETA:

8. CIRCULE AS LETRAS QUE VOCÊ CONHECE (NO MOMENTO DA ATIVIDADE OBSERVAR SE A CRIANÇA IDENTIFICA O NOME DAS LETRAS)



**ESQUEMA CORPORAL / COORDENAÇÃO MOTORA**

9. FAÇA UM DESENHO DE VOCÊ E SUA FAMÍLIA. PODE DESENHAR SUA CASA, SE QUISE!  
CAPRICHE!

